

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MAYARA DE OLIVEIRA SOUZA

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA CARREIRA ACADÊMICA: LIMITES AO INGRESSO,
AVANÇO E CONSOLIDAÇÃO DA CARREIRA CIENTÍFICA DAS MULHERES NO
BRASIL**

RIO DE JANEIRO

2019

Mayara de Oliveira Souza

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA CARREIRA ACADÊMICA: LIMITES AO
INGRESSO, AVANÇO E CONSOLIDAÇÃO DA CARREIRA CIENTÍFICA DAS
MULHERES NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação,
Faculdade de Educação, Universidade Federal
do Rio de Janeiro, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Educação.

ORIENTADORA: Dra. Rosana Rodrigues Heringer

RIO DE JANEIRO

2019

CIP - Catalogação na Publicação

DS729r DE OLIVEIRA SOUZA, MAYARA
RELAÇÕES DE GÊNERO NA CARREIRA ACADÊMICA: LIMITES
AO INGRESSO, AVANÇO E CONSOLIDAÇÃO DA CARREIRA
CIENTÍFICA DAS MULHERES NO BRASIL / MAYARA DE
OLIVEIRA SOUZA. -- Rio de Janeiro, 2019.
75 f.

Orientadora: ROSANA RODRIGUES HERINCER.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2019.

1. Gênero. 2. Ensino Superior. 3. Uso do tempo e
Teto de vidro. 4. Carreira acadêmica. 5. Pós
graduação. I. RODRIGUES HERINCER, ROSANA, orient.
II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

FOLHA DE APROVAÇÃO



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação **"RELAÇÕES DE GÊNERO NA CARREIRA ACADÊMICA: LIMITES AO INGRESSO, AVANÇO E CONSOLIDAÇÃO DA CARREIRA CIENTÍFICA DE MULHERES NO BRASIL"**

Mestrando(a): Mayara de Oliveira Souza

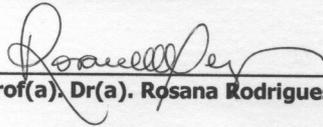
Orientado(a) pelo(a): **Prof(a). Dr(a). Rosana Rodrigues Heringer**

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2019.

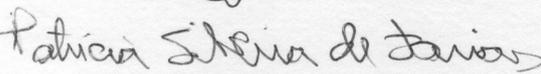
Banca Examinadora:



Prof(a). Dr(a). Rosana Rodrigues Heringer - Presidente



Prof(a). Dr(a). Giovana Xavier da Conceição Nascimento



Prof(a). Dr(a). Patricia Silveira de Farias

À minha mãe, Luciana.

Meu maior exemplo de resistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por cuidar de mim em todos os momentos, por essa oportunidade de aprendizado e pelo dom da vida. Sou grata pelas dificuldades que se apresentaram no caminho, pois, a partir delas, pude constatar o quanto sou capaz de superar desafios e vivenciar os significados de amor, família e amizade com as pessoas envolvidas nesse processo.

À minha família de origem, por todo apoio e compreensão. Sou grata pela *existência* e *resistência* materializadas na figura de minha mãe, Luciana. Obrigada por nunca desistir, por todo sacrifício e amor dispensados a mim e aos meus irmãos, Danilo, João Paulo e Mateus.

Ao meu marido e companheiro de vida, Edinho. Seu apoio emocional e financeiro foram definidores para a conclusão desta etapa. Obrigada por me ajudar a acreditar que dias melhores viriam e que as dificuldades seriam superadas. Muito obrigada pelo nosso maior presente, nosso filho Theo.

Às minhas amigas por torcerem sempre por mim e apostarem nos meus sonhos. Em especial, à Erika Armond e Gabriela Alves pela troca constante, sorrisos, boas risadas e lágrimas.

À Adriene Sá, uma mulher que sempre rompeu com os padrões e me convidou a enxergar o mundo fora da caixinha da comodidade. Obrigada por ter sido a primeira pessoa mais próxima a ter rompido com as barreiras de ingresso ao ensino superior público e me encorajado a fazer o mesmo. Muito obrigada!

Sou grata pelas oportunidades criadas pelas políticas de expansão e democratização da universidade pública. Pela graduação em Pedagogia e pelo percurso no Mestrado em Educação da UFRJ.

Dedico especial agradecimento à minha orientadora, Rosana Heringer. Obrigada pela relação gentil, pelos ensinamentos e por ter acreditado em mim. Obrigada pela compreensão nos momentos difíceis.

Ao grupo de pesquisa e todas as mulheres que o compõem. Foi muito enriquecedor estar com vocês ao longo desta caminhada.

As professoras Patricia Faria e Giovana Xavier, por toda contribuição no exame de qualificação do meu projeto de pesquisa, e por aceitarem o segundo convite para composição da banca de avaliação deste trabalho.

RESUMO

SOUZA, Mayara de Oliveira. **RELAÇÕES DE GÊNERO NA CARREIRA ACADÊMICA: LIMITES AO INGRESSO, AVANÇO E CONSOLIDAÇÃO DA CARREIRA CIENTÍFICA DAS MULHERES NO BRASIL.** Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

Esta pesquisa de dissertação localiza-se no âmbito das discussões sobre a ampliação das oportunidades educacionais no ensino superior e da permanência de desigualdades relacionadas ao gênero no contexto da pós-graduação. Embora as mulheres, atualmente, sejam maioria em todos os níveis educacionais, as desigualdades de gênero por elas enfrentadas permanecem e se reproduzem em todos os espaços, fazendo com que as estudantes e profissionais se distribuam nas instituições de ensino superior seguindo uma lógica hierárquica entre os cursos de graduação e pós-graduação, perpetuando a conformação das mulheres em carreiras tipicamente femininas, em grande maioria, ligadas ao bem-estar e ao cuidado, conferindo-lhes menores rendimentos financeiros e reconhecimento social. Deste modo, o objetivo geral desta pesquisa consiste em apresentar uma discussão atualizada sobre as relações de gênero no contexto acadêmico brasileiro, analisando os encadeamentos relativos à presença das mulheres em carreiras acadêmicas. Para isso, buscamos mapear literatura recente sobre a presença de mulheres na pós-graduação no Brasil e identificar, a partir desta literatura, os principais fatores limitadores do ingresso, avanço e consolidação da carreira científica para as mulheres, além de apresentar medidas das agendas das políticas de gênero em relação à educação e trabalho. É fato que as múltiplas faces das desigualdades de gênero atravessam as trajetórias acadêmicas e profissionais. Nesse sentido, continuamos em busca de respostas para uma importante questão: “De que modo a academia como espaço de formação e atuação profissional pode contribuir para a superação ou reprodução as desigualdades de gênero?”

Palavras-chave: gênero, carreira acadêmica, ensino superior, teto de vidro, uso do tempo, pós-graduação.

ABSTRACT

SOUZA, Mayara de Oliveira. **GENDER RELATIONS IN ACADEMIC CAREER: LIMITS TO ACCESS, ADVANCEMENT AND CONSOLIDATION OF WOMEN SCIENTIFIC CAREERS IN BRAZIL.** Rio de Janeiro, 2019. Master thesis (Master Program in Education) – School of Education, Federal University of Rio de Janeiro, 2019.

This research is located at the realm of discussions about the increase of educational opportunities in higher education and student's retention, related to gender inequalities in graduate programs. Although women are currently the majority in all educational levels in Brazil, they continue to face gender inequalities which are reproduced in all spaces. Therefore, students and faculty distribution inside higher education institutions follow a hierarchical logic among graduate and undergraduate levels, perpetuating the presence of women in typically female careers, mainly related to well-being and care, with less earnings and lower social recognition. In this sense, the general goal of this research is to present an updated discussion about gender relations in Brazilian academic context, analyzing aspects related to the presence of women in academic careers. In order to do that, we aimed to map the recent bibliography about the presence of women in graduate programs in Brazil, and to identify, from these readings, the main factors that limit the access, advancement and consolidation of women in scientific careers. We also aim to present some measures that have been in place in terms of public policies to promote greater gender equality in terms of education and labor market. Multiple gender inequalities cut across academic and professional careers. In this sense, we continue to look for answers for an important question: "In which ways the academic environment as a training and also as professional space can contribute to overcome or to reproduce gender inequalities?".

Key-words: gender, academic career, higher education, glass ceiling, use of time, graduate programs.

SUMÁRIO

Y

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Hipóteses e questões de pesquisa.....	13
1.2 Aspectos metodológicos.....	14
2. O CONCEITO DE GÊNERO E SUA CONSOLIDAÇÃO COMO CAMPO DE ESTUDO	21
2.1 o conceito de gênero ao longo das décadas.....	22
2.2 Interseccionalidade.....	24
3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO.....	31
3.1. Gênero e Políticas Educacionais.....	36
4. CARREIRA ACADÊMICA SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	43
4.1 Expansão do ensino superior e da pós-graduação.....	44
4.2 O que é ciência? O que é ser acadêmica?.....	50
4.3 Teto de vidro e Labirinto de Cristal.....	55
4.4 Uso do tempo.....	58
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
5. REFERÊNCIAS.....	65

1. INTRODUÇÃO

Os indicadores estatísticos sobre a educação brasileira têm demonstrado uma vantagem feminina em termos de matrícula em todos os níveis educacionais (CARREIRA, 2016). Entretanto, as desigualdades de gênero que estruturam a sociedade brasileira são persistentes, atravessam as trajetórias educacionais e estão longe de serem superadas.

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a educação passou a ser considerada um direito de todas as pessoas. No contexto brasileiro, após setenta anos desta declaração, observamos que a luta pela educação como direito de todas e todos ainda é uma pauta importante. A história da educação escolar no Brasil, marcada pela colonização, pelo extenso regime escravocrata e por enormes desigualdades, carrega consigo o sentido de ser um privilégio das elites dominantes, caracterizadas por um perfil masculino e branco, e um direito negado, por muito tempo, aos “outros” – maioria da população. No ensino superior brasileiro, última etapa da educação formal, acentuam-se as marcas de exclusão desde a fundação das primeiras instituições deste nível de ensino no país, pensadas para atender as demandas das elites locais.

Neste sentido, esta pesquisa de dissertação localiza-se no âmbito das discussões sobre a ampliação das oportunidades educacionais no ensino superior, e a permanência de desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, especificamente aquelas relacionadas ao gênero no contexto da pós-graduação. Sabendo que, atualmente, as mulheres são maioria em todos os níveis educacionais, as desigualdades de gênero por elas enfrentadas permanecem e se reproduzem no espaço acadêmico, fazendo com que as e os estudantes se distribuam no ensino superior seguindo uma lógica hierárquica entre as áreas e os cursos de graduação e pós-graduação, perpetuando a conformação das mulheres em carreiras tipicamente femininas, sendo estas, ligadas ao bem-estar e ao cuidado, todas com menor prestígio socioeconômico. É possível constatar que, a despeito das crescentes taxas de escolarização e maior inserção feminina no mercado de trabalho formal e informal, as desigualdades de gênero continuam impondo às mulheres carreiras pré-determinadas socialmente e garantido a elas menores rendimentos financeiros, mesmo exercendo as mesmas funções que os homens. A situação se complexifica ao combinarmos gênero e raça nas análises.

Deste modo, o **objetivo geral** desta pesquisa consiste em apresentar uma discussão atualizada sobre as relações de gênero no contexto acadêmico brasileiro, analisando os encadeamentos relativos à presença das mulheres em carreiras acadêmicas. Como **objetivos específicos**, destacamos: I) mapear literatura recente sobre a presença de mulheres na pós-

graduação no Brasil; II) Identificar, a partir desta literatura, os principais fatores limitadores do ingresso, avanço e consolidação da carreira científica para as mulheres; III) apresentar medidas das agendas das políticas voltadas para o gênero no que se refere a educação e trabalho;

No cenário brasileiro, tal como mundo afora, os debates sobre gênero ganharam visibilidade em diferentes espaços da vida social. Desde o âmbito legislativo ao intenso debate nas redes sociais, os debates sobre as desigualdades de gênero têm sido pautados e seus sentidos têm sido disputados por diferentes grupos sociais.

Enquanto pedagoga recém-formada a escolha deste tema de pesquisa esteve conectada diretamente à minha trajetória educacional e às experiências como mulher nos diferentes espaços em que atuo. Como a primeira filha e irmã de três meninos mais novos, as relações de cuidado na minha socialização familiar sempre foram demandas e responsabilidades femininas. Essa “vocação” aprendida foi uma das razões para que, no ensino médio, optasse pela modalidade de forma o de professores, por ter certa “habilidade” com as crianças pequenas.

Os caminhos percorridos foram atravessados por distintas influências e inspira es, então, optei por dar continuidade aos estudos sobre educa o na gradua o em Pedagogia na UFRJ. Neste “novo mundo”, logo nos primeiros períodos tive contato com a disserta o de mestrado de Rebeca Contrera  vila (2010). Neste trabalho, a autora investigou as trajetórias e estratégias escolares de mulheres das camadas populares que vivenciavam uma tripla jornada – trabalho remunerado, trabalho doméstico e estudos. Esta foi uma das primeiras leituras que despertaram meu interesse para as condi es das mulheres no ensino superior, sobretudo daquelas de origem popular.

Além de ser um curso majoritariamente “feminino”, o curso de Pedagogia também   marcado pelo baixo perfil socioecon mico, como indicam os estudos de Ferreira (2014) e Honorato & Heringer (2015). A partir da atua o no programa de inicia o científica que me permitiu acompanhar e colaborar com a *Pesquisa Pedagogia*¹, contribuindo para que escolhesse aprofundar, na minha monografia, as reflexões sobre a rela o das estudantes de Pedagogia com o trabalho acadêmico. Naquele momento, me dediquei a entender a rela o das estudantes com o trabalho acadêmico, sobretudo a rela o com o processo de elabora o de suas monografias. Minha hipótese se concentrava na ideia de que havia uma forte rela o

¹A pesquisa, intitulada “Introdu o a uma ‘Sociologia dos Estudantes’: uma análise dos estudantes cotistas e bolsistas no curso de Pedagogia da UFRJ”, foi coordenada pela Profa. Dra. Maria L gia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ) e contou com as Professoras da Faculdade de Educa o da UFRJ, Gabriela Honorato e Rosana Heringer na equipe. A pesquisa recebeu financiamento da FAPERJ.

entre as dificuldades com o trabalho acadêmico e a origem socioeconômica das estudantes. Realizei oito entrevistas semiestruturadas com estudantes que estavam em fase de escrita das monografias e, a partir da análise do material, destaquei cinco eixos temáticos que apareceram com maior frequência: 1) a “devolutiva dos professores”; 2) a participação em atividades complementares; 3) a relação com o(a) professor(a) orientador(a) da monografia; 4) as dificuldades de tempo e 5) as dificuldades relacionadas à escrita.

Dentre estes, o eixo sobre “as dificuldades de tempo” mobilizou muitos sentidos sobre a relação de gênero na vida das estudantes. Essas mulheres estudantes apontaram nas entrevistas as suas dificuldades com o tempo atreladas às dificuldades em conciliar os estudos acadêmicos com a maternidade e criação dos filhos, com as responsabilidades pelo trabalho doméstico e/ou remunerado, com suas dinâmicas e arranjos familiares e as demandas de cuidado a elas atribuídas e, também a dificuldade em organizar um tempo dedicado exclusivamente para o estudo. Ou seja, as dificuldades de tempo ganhavam mais peso nas narrativas porque atravessavam diferentes esferas de suas vidas.

Foi provocativo perceber que este “achado” na pesquisa de monografia era um tema recorrente e presente ao longo de todo o período da graduação. E, embora as dificuldades com o tempo, especialmente marcadas pelo gênero, fossem muito latentes, eu não dispunha de lentes que me permitissem reconhecer o gênero como marcador de desigualdade atrelado aos outros marcadores de desigualdades sociais, como origem socioeconômica, raça e etnia, idade etc. para o sucesso educacional, sobretudo, no ensino superior.

Nesse sentido, Cássia Almeida², assina uma publicação no jornal O Globo em 2018 sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no ambiente acadêmico, com o enfoque na distribuição desigual das bolsas mais prestigiadas e também no que diz respeito a ocupar os cargos mais altos nas universidades, como reitoras, por exemplo. Essa publicação aponta que, apesar de sermos a maioria na população brasileira e também no ensino superior, o universo acadêmico tem um “efeito tesoura” que vai, de acordo com a jornalista, expulsando as mulheres. Para exemplificar, ela demonstra com dados percentuais que, na distribuição das bolsas de iniciação científica, nível inicial da trajetória acadêmica, elas representam 59%, enquanto esse percentual cai para 35,5% na distribuição das bolsas de produtividade em pesquisa. O afunilamento da distribuição de bolsas para as mulheres conforme a progressão na carreira é demonstrado nos 24,6% do total de bolsas do nível 1A, o mais alto da carreira acadêmica, destinados às pesquisadoras mulheres.

²Matéria O Globo. Economia. Domingo, 28.1.2018. p. 32-33.

Neste contexto, esta pesquisa se apresenta como uma possibilidade de repensar alguns aspectos das dinâmicas das instituições públicas de ensino superior no país. Sendo elas o principal campo de trabalho acadêmico, é importante contestar e problematizar o perfil normatizado, masculino e de estratos sociais mais abastados que compõe o ambiente acadêmico.

Ao lançarmos foco para as dificuldades que as mulheres enfrentam pelo fato de serem mulheres e carregarem em sua condição social de gênero encargos e demandas que culturalmente ainda não são atribuídos aos homens, iluminamos, também, a necessidade de que a sociedade passe a reconhecer e valorizar todo o trabalho e demandas que ainda recaem sobre os ombros femininos.

As demandas de cuidado dos filhos recém-nascidos e na primeira infância, a gestão e execução das tarefas domésticas, o cuidado com os pais/avós idosos ou adoecidos, dentre outras. Essas práticas de cuidado e trabalho reprodutivo, que exigem investimento de tempo e trabalho emocional tem sido objeto de estudo de algumas autoras como Melo & Castilho (2009) e Hirata & Kergoat (2009).

Acredito que este estudo possa contribuir para uma reflexão sobre as condições de estudo nos cursos de pós-graduação e no desenrolar da trajetória daquelas que escolhem este caminho de desenvolvimento acadêmico. Espero contribuir para repensar, discutir e intervir nas estruturas desse campo profissional de modo a proporcionar às mulheres um espaço que compreenda as demandas existentes para além da vida acadêmica.

1.1 HIPÓTESES E QUESTÕES DE PESQUISA

A disciplina “Gênero, desigualdades e diferenças: articulações com sexualidade, classe, gerações e raça/etnia” oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia no primeiro semestre letivo de 2018 foi um marcador fundamental para a ampliação do entendimento acerca das desigualdades de gênero. Foi por meio das leituras e reflexões realizadas neste espaço de formação que cheguei às minhas hipóteses e questões de pesquisa.

É fato que as múltiplas faces das desigualdades de gênero atravessam as trajetórias acadêmicas e profissionais. De que modo a academia como espaço de formação e atuação profissional pode contribuir ou reproduzir as desigualdades sociais e acabar por conformar as mulheres em posições menos privilegiadas?

Conforme foi exposto acima, a área da educação tem se destacado como uma das que tiveram maior crescimento desde a expansão das oportunidades de acesso aos cursos de graduação, bem como nas taxas de conclusão de cursos de mestrado e doutorado. Considerando estudos recentes (FERREIRA, 2014; HONORATO & HERINGER 2015) sobre o público discente da área educação em nível de graduação, vemos que a composição discente conta com um perfil que acumula desvantagens socioeconômicas e culturais. É composto, majoritariamente, por mulheres, cujos pais têm baixa escolaridade e menor renda. Supondo que mais estudantes com essas origens sociais estejam chegando ao nível de pós-graduação, é importante refletir sobre as estratégias que vem sendo desenvolvidas por essas estudantes e de que modo o campo profissional acadêmico tem recebido as mulheres. Mais do que discutir os guetos profissionais e concentração das mulheres em determinadas carreiras, é preciso questionar se há tendências de superação das desigualdades de gênero nesses espaços.

Desse modo, minhas hipóteses consideram que as mulheres estudantes e trabalhadoras acadêmicas enfrentam mais dificuldades de permanência e conclusão dos estudos, e no mesmo sentido, têm uma trajetória profissional mais lenta e tumultuada que os homens. Essas dificuldades são mais expressivas de acordo com os lugares sociais ocupados. Desse modo, é muito importante considerar os múltiplos marcadores de exclusão e desigualdade.

1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi realizada através de levantamento bibliográfico e análise de dados secundários sobre a presença de mulheres na pós-graduação no Brasil e atuação na carreira acadêmica. O levantamento bibliográfico foi realizado no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e os dados secundários utilizados foram coletados em artigos científicos, reportagens e publicações online do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Ao buscar teses e dissertações no Banco da CAPES foi preciso elencar termos de busca para que os resultados se aproximassem da temática de interesse proposta. O contato com a literatura sobre as desigualdades de gênero favoreceu esse processo. Para que as buscas retornassem pesquisas próximas ao tema estudado, elenquei o termo “gênero” como chave de busca. Entretanto, é importante destacar que o termo gênero pode ter múltiplos significados. De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora (2018), pode ser entendido como

1. conceito geral que abarca todas as características comuns de um determinado grupo, classe, etc. 2. conjunto de seres ou objetos com a mesma origem ou que apresentam características comuns; grupo; classe. 3. estilo, tipo. 4. “categoria resultante da diferenciação sociocultural (e não exclusivamente biológica) entre homens e mulheres, que varia consoante a cultura e que influência o estatuto, o papel social e a identidade sexual de cada indivíduo no seio da comunidade em que se insere (...)”

Desse modo, as buscas nas plataformas digitais precisaram ser repensadas. Foi por meio da combinação do termo “gênero” com outros correlacionados que cheguei ao material apresentado aqui. A combinação dos termos no momento de busca nas plataformas digitais foi facilitada pela utilização dos termos *booleanos* (AND, OR, NOT).

Todo o processo de busca se configura em experimentação, as diferentes combinações dos termos próximos traziam resultados distintos. Assim, optei por manter sete termos de busca, como medida de precaução para que não deixasse de coletar alguma publicação interessante.

Quadro 1. Termos utilizados na busca no Banco de Teses e Dissertações da Capes e número de resultados.

Termos utilizados na busca	Número de resultados
“Gênero” AND “carreiras profissionais”	18 resultados
“Gênero” AND “carreira acadêmica”	12 resultados
“Mulheres cientistas” AND “carreira acadêmica”	12 resultados
“Teto de vidro ³ ” AND “Gênero”	45 resultados
“Teto de vidro” AND “divisão sexual do trabalho”	4 resultados
“Teto de vidro” AND “mulheres” AND “ciência”	8 resultados
“Careiras” AND “teto de vidro”	9 resultados
	Total: 108

Os resultados obtidos foram organizados por ano de publicação e tipo de grau obtido: mestrado, doutorado e mestrado profissional. A partir desse momento foi possível excluir os resultados repetidos. Algumas publicações apareceram em três buscas diferentes. Após excluir

³ O teto de vidro é um conceito utilizado nos estudos sobre as relações desiguais de gênero para tratar das barreiras invisíveis que limitam a progressão das mulheres em suas carreiras profissionais. Este conceito será abordado no Capítulo 4.

as repetições, chegamos a 89 publicações, considerando teses e dissertações, conforme apresentamos no quadro abaixo:

Quadro 2: Número de teses e dissertações encontradas no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

ANO	MESTRADO	DOUTORADO	MESTRADO PROFISSIONAL	TOTAL
1994	1*	-	-	1
1997	-	1*	-	1
2004	1	1	-	2
2005	1	1	-	2
2006	2	1	1*	4
2007	3	1	-	4
2008	1	-	-	1
2010	4	1	-	5
2011	2	1	-	3
2012	2	8	1	11
2013	3	1	-	4
2014	4	3	-	7
2015	8	2	-	10
2016	4	3	1	8
2017	4	3	2	9
2018	9	6	-	15

*Resumo não disponível.

- Nenhum resultado.

Com a organização dos trabalhos por ano de publicação, é possível perceber uma tendência de expansão da temática entre teses e dissertações.

O passo seguinte foi a leitura dos resumos disponíveis, não somente na Plataforma Sucupira, pois limitaria o acesso aos resumos anteriores a 2013, ano de sua criação. Em alguns casos, foi preciso buscar nas bibliotecas digitais das instituições em que os trabalhos foram produzidos.

A leitura dos resumos serviu para a confirmação ou não da correlação da publicação com o tema pesquisado nesta pesquisa de dissertação. Nesta leitura, tive intuito de identificar as temáticas centrais dos trabalhos e selecionar apenas aqueles correlatos aos assuntos sobre as relações de gênero na carreira acadêmica, debate mais relevante para minha pesquisa. Assim, apresento a seguir a sistematização da produção acadêmica de acordo com o ano e as temáticas desenvolvidas.

A dissertação de Jaciane Pinto Guimarães (2004) teve mulheres em período de doutorado como objeto de pesquisa, problematizou a inserção feminina em espaços masculinos na academia e focalizou os projetos de vida, as trajetórias acadêmicas e os aspectos relacionados a construção da carreira por parte das mulheres casadas.

A dissertação de Neide Mayumi Osada (2006) pergunta quais são as barreiras enfrentadas pelas mulheres na trajetória acadêmica. Seus resultados indicam uma reprodução das desigualdades de gênero, evidenciando o avanço mais rápido dos homens. Destaco neste trabalho a reflexão sobre a necessidade de implementação de mecanismos para a preservação das mulheres na pesquisa e na carreira acadêmica.

A dissertação de Mariana F. Cavalari (2007) mapeia a presença feminina na área da matemática em campi de universidades do estado de São Paulo. Apesar de focar na segregação ocupacional pelo viés de gênero, ela conclui que quanto mais alto o posto de trabalho e/ou nível hierárquico nessas instituições, menor é a presença de mulheres. Fato que, de acordo com a autora, segue uma tendência internacional.

Na mesma direção, a dissertação de Betina S. Lima (2008) sinaliza a inclusão subalterna das mulheres no campo da Física, indicando para além do teto de vidro, a existência de um labirinto de cristal. Este conceito, trata das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no desenrolar da formação e da carreira, não focando, necessariamente nos mecanismos de promoção hierárquica. Abordaremos com mais profundidade no sub item

A dissertação de Renata M. Prado (2010) parte dos estudos de talentos e vocações, para discutir o papel das mulheres. Constata a sub-representação das mulheres dentre o seletivo grupo de pesquisadores CNPq no nível 1A. Aponta quais são os fatores inibidores e promotores para as mulheres, com o enfoque nos conflitos para conciliar as demandas da vida familiar e carreira, problematizou a divisão das tarefas domésticas. Assim como Neide Osada (2006), indica a necessidade de políticas públicas dirigidas às mulheres que trabalham, sobretudo aquelas em início da carreira acadêmica.

A dissertação de Gabriela V. de Araujo Campello (2011) estudou as reitoras e discutiu os aspectos da sub-representação feminina na carreira acadêmica, além de problematizar o estereótipo do papel sexual masculino. Seu trabalho constatou o teto de vidro na carreira acadêmica e também discutiu as dificuldades das mulheres em conciliarem os múltiplos papéis, gerando conflitos entre o trabalho e a família.

A tese de Maria Silvana Bitencourt (2011) aborda a maternidade no período de doutorado e seus significados. Aborda a política de produtividade na academia. A autora

analisou 152 requerimentos de prorrogação de defesa de tese. Seu trabalho apresenta a maternidade como uma “escolha estranha”, atrelada ao sofrimento psíquico, conjugando os sentimentos de culpa, medo e choque. Além de ser inovadora por discutir os sentidos da maternidade, essa publicação traz a discussão sobre estratégias de uso do tempo.

A dissertação de Sandra Maria C. Cartaxo (2012) apresenta importantes reflexões sobre gênero e ciência, problematiza a socialização feminina na carreira. Para a autora, as mulheres precisam se esforçar muito mais que os homens para serem reconhecidas, confirmando um teto de vidro na área.

A tese de Silmere A. S. de Souza (2012) analisa as trajetórias de docentes universitárias em Sergipe. Além dos conflitos entre o trabalho e família, a autora destaca o sacrifício de menos de oito horas de sono devido às quatro jornadas de trabalho. O trabalho relaciona o uso do tempo com os arquétipos tradicionais das funções exercidas por homens e mulheres.

A tese de Fabiane Ferreira da Silva (2012) aborda a inserção da mulher na ciência, discutindo os discursos biológicos que embasam os preconceitos de gênero. Além disso, aborda as dificuldades de conciliar profissão e família. Indica que para muitas mulheres a jornada de trabalho parcial tem sido uma das opções, outra tem sido o adiamento ou recusa da maternidade.

A tese de Vivian Matias dos Santos (2012) trata da inserção feminina na ciência, e assim como outros trabalhos, segue a tendência do campo em discutir as dificuldades de conciliar trabalho e família, com enfoque no peso da maternidade.

A dissertação de Marília Moschkovich (2013) discute o perfil das mulheres que ingressam na carreira acadêmica. Segundo ela, a maioria das pesquisadoras tem condições financeiras que facilitam a terceirização do trabalho doméstico, o que resulta em mais tempo disponível para o trabalho. Apesar dessa vantagem, a autora discute o teto de vidro intra CNPq, no que diz respeito a distribuição de bolsas de produtividade em pesquisa. Entretanto, suas análises confirmam o peso dos cuidados com a vida sobre os ombros femininos e destacam a trajetória mais “tumultuada” para as mulheres.

As dissertações de Marcela Gleice Vilela França, de Leonir Martins Pereira e de Analia das Graças G. Pontelo, todas de 2015, abordam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres ao chegarem aos cargos de gestão e reiteram a presença do teto de vidro nas instituições de ensino analisadas.

As dissertações a seguir convergem sobre a necessidade de representatividade feminina e incentivo para que meninas e jovens estudantes tenham a carreira científica como possibilidade de escolha profissional. Nathaly Desire Andreoli Chiari (2016) contribui para o debate sobre a presença das mulheres na carreira acadêmica destacando a importância de pôr em evidência as contribuições das mulheres no campo científico. De modo similar, Ana Caroline Carrieri Gomide (2016) discute quais são as representações de mulheres cientistas entre estudantes de ensino médio. Fabiane Figueiredo Caseira (2016) analisa o programa de incentivo “Para mulheres na ciência”.

A dissertação de Carolina Cisoto Barbosa de Carvalho (2016) aborda a questão da equidade de gênero na ciência. A autora analisou a distribuição das bolsas de produtividade do CNPq na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Nesta publicação, temas como teto de vidro e segregação vertical mostram sua importância e, além disso, os resultados apontam para os efeitos das dificuldades em conciliar a vida doméstica com a esfera profissional.

A tese de Lucimeiry Batista Silva (2017) refere-se ao processo de divisão sexual nas carreiras. Ao analisar as docentes na Engenharia Mecânica, Física e Matemática endossa as discussões sobre as dificuldades em equilibrar a vida familiar e profissional. Chega à conclusão de que, apesar da formação sólida das docentes, elas acabam sendo distanciadas do centro de produção e prestígio acadêmico.

A tese de Carmem Silvia da Fonseca Kummer (2017) explora as relações de gênero e carreira acadêmica na História. Discute como as configurações do campo acadêmico não são neutras e questiona o status de professores catedráticos e o poder conferido a este grupo.

A partir desse mapeamento das produções de teses e dissertações sobre gênero e a carreira acadêmica chegamos aos eixos centrais para a discussão nessa dissertação. A recorrência de trabalhos sobre a sub-representação feminina nas áreas exatas, as dificuldades de progresso na carreira acadêmica e as dificuldades em conciliar a carreira com a vida familiar demonstra demandas ainda não supridas e carentes de iluminação nos debates sobre relações de gênero pautadas em equidade no contexto brasileiro.

Para complementarmos as discussões sobre as temáticas mencionadas, utilizamos dados secundários disponibilizados nos sites do IBGE, do INEP, em artigos científicos e reportagens sobre as mulheres brasileiras e os contextos de desigualdades marcados pelo gênero.

Esta pesquisa de dissertação está organizada em cinco partes, incluindo a presente Introdução. Neste capítulo introdutório, tivemos a intenção de contextualizar a discussão,

apresentar os objetivos gerais e específicos, demonstrar as hipóteses iniciais e a relevância da dissertação para a temática das desigualdades de gênero. Ainda no capítulo introdutório, descrevemos os aspectos metodológicos, e um primeiro tratamento dos dados produzidos no levantamento bibliográfico.

O capítulo 2, “O conceito de gênero e sua consolidação como campo de estudo”, tem como objetivo apresentar a trajetória do conceito de gênero nas discussões sobre as desigualdades vivenciadas pelas mulheres no mundo social a partir das relações estabelecidas a partir da diferenciação entre o sexo masculino e feminino. Ainda neste capítulo, apontamos a atuação dos movimentos feministas para a consolidação deste conceito como campo de estudo, enfatizando a contribuição de grupos de mulheres não hegemônicos para os debates sobre pautas que contemplem diferentes marcadores sociais como raça e classes, por exemplo.

O Capítulo 3, “Políticas Públicas De Gênero” pretende dar um panorama das políticas públicas para promoção da igualdade de gênero no Brasil. Apresenta os principais avanços e conquistas para as meninas e mulheres a partir da Constituição Federal de 1988 e do diálogo com os compromissos internacionais. Por fim, demonstra que apesar de todos os avanços ocorridos nos últimos 30 anos as mulheres ainda encontram-se em situação desigual em relação aos homens em diversos contextos, como na vida doméstica e profissional, com ênfase na pós-graduação e também no seu reconhecimento nas carreiras científicas.

No Capítulo 4, “Carreira acadêmica sob a perspectiva de gênero” apresentamos dados sobre a ampliação das oportunidades de acesso ao ensino superior brasileiro e à pós-graduação, etapa que antecede o ingresso na carreira acadêmica. Exploramos, em diálogo com dados secundários, as temáticas sobre a segregação de gênero por área de conhecimento, a dificuldade de progressão na carreira acadêmica e as dificuldades das mulheres em conciliar a esfera profissional e a esfera doméstica.

No último capítulo, “Considerações finais”, retomamos discussões sobre os principais avanços e desafios em relação às medidas sobre a promoção de igualdade de gênero que foram abordadas ao longo da dissertação, especificamente aquelas relacionadas ao campo educacional e profissional.

2. O CONCEITO DE GÊNERO E SUA CONSOLIDAÇÃO COMO CAMPO DE ESTUDO

Entre os seres humanos a diferenciação biológica e a diferencial social, ligadas ao sexo e ao gênero, respectivamente, imprimem modos de ser e estar no mundo. Nicole-Claude Mathieu (2009) considera que a supervalorização das diferenças biológicas atribui diferentes funções e papéis mais ou menos valorizados aos indivíduos no meio social. Essa diferenciação social, é explicitamente ligada ao gênero. A autora supramencionada afirma que os humanos têm uma “gramática” que poderia ser traduzida como um conjunto de normas e convenções sobre o que é socialmente esperado como feminino e masculino dos machos e fêmeas para que se tornem mulheres e homens sociais.

Os aspectos de diferenciação social estão, desta forma, relacionados à vestimenta, comportamentos e atitudes físicas, psicológicas e à desigualdade de acesso a recursos materiais. Entretanto, a realidade é muito mais complexa do que a concepção binária de gênero consegue explicar. Esse binarismo se baseia no ideal de correspondência entre gênero e sexo, e prega a heteronormatividade como padrão.

“antes do ressurgimento dos movimentos feministas no final dos anos 1960, a História se interessava eventualmente por algumas mulheres de poder e /ou célebres; a Psicologia e a Psicanálise, pelos ‘papéis sexuais’ esperados ou prescritos (o que representava um progresso). A Etnologia constatava a ‘complementaridade dos sexos’ e se questionava, às vezes, acerca de seus fundamentos.” (Idem, p. 225)

O termo “gênero” começou a ser utilizado no tratamento da invisibilização sofrida pelas mulheres na sociedade centrada no poder masculino, nos aspectos de opressão e exploração buscando romper com essa naturalização da condição feminina e almejando desconstruir a ideia universal da categoria mulher. Daí começaram a utilizar expressões como *relações sociais do sexo* ou *relações de gênero*.

Deste modo, o embasamento teórico desta dissertação parte do conceito de gênero elaborado por Joan Scott (1995). Para esta autora, gênero é “(...) um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Neste sentido, compreendo o aspecto relacional desta categoria de análise e, também, o diálogo estabelecido com outras chaves analíticas de grande importância para estudos sobre grupos sociais, tais como: classe, etnia, raça e geração.

Esse conjunto de marcadores sociais têm sido analisados sob uma perspectiva que considera o resultado da interação entre eles como fator determinante para a constituição dos sujeitos e atuação dos mesmos nos diferentes espaços sociais. O movimento de compreensão dos fenômenos sociais a partir da interação entre os marcadores sociais mencionados foi denominado como perspectiva interseccional. Assim, o conceito de interseccionalidade se apresenta como pano de fundo para a elaboração teórica e chaves interpretativas.

2.1 O CONCEITO DE GÊNERO AO LONGO DAS DÉCADAS

A antropóloga Adriana Piscitelli (2009), ao traçar a trajetória do conceito de gênero, nos apresenta de que forma ele vem sendo transformado e incorporado no campo de estudos das teorias sociais sobre a “diferença sexual”. Segundo a autora, o termo gênero foi empregado, no campo da psicanálise, com intuito de diferenciar o que era do âmbito da natureza do que era da esfera cultural, tratando de sexo e gênero, respectivamente. O argumento inicial deste conceito afirmava que a cultura atua sobre a natureza e que as pessoas carregariam em seus corpos biológicos, desde o nascimento, classificações que as destinariam um tratamento diferenciado de acordo com seu órgão genital. Embora já indicasse que as formas de ser homem ou mulher fossem questão de aprendizado cultural e que poderiam se manifestar de diversas maneiras nos mais distintos contextos, essa primeira conceituação não teve um forte impacto nas teorias sociais.

Foi a partir da década de 1970 que o conceito de gênero movimentou a teoria social por meio das formulações feministas, especialmente pelas pesquisadoras norte-americanas, para se referir à organização social das relações entre os sexos (BITENCOURT, 2016). Toda a atuação do movimento feminista nas lutas por igualdade de direitos ao voto, à educação e possibilidade de ter posses e bens, independente do sexo, fez com que gênero fosse difundido como a diferença produzida na cultura e, acrescentando ao debate, a inquietação acerca das situações desiguais vivenciadas pelas mulheres. A ênfase na concepção de que as diferenças entre o feminino e masculino são da esfera social indicava que as mesmas eram passíveis de reelaboração.

Maria Silvana Bitencourt (2016) endossa a noção de que o conceito de gênero é um empreendimento do movimento feminista e alega que negar este aspecto seria invisibilizar a dinâmica histórica intrínseca ao mesmo. Para ela, “o gênero só existe na relação, não há

construção sem a presença do outro, ou seja, é no contraste, é na relação com o outro que o sujeito se afirma homem ou mulher culturalmente” (p.47).

Assim, a historiadora Joan Scott afirma que gênero é uma categoria relacional, histórica e plural. Importante destacar a diferença entre sexo e gênero. Enquanto o primeiro se refere às diferenças biológicas entre homens e mulheres, o gênero diz respeito ao significado, construído socialmente sobre o biológico. Para Joan Scott (1995), o gênero é “(...) um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Apesar do avanço nas discussões sobre a igualdade de direitos das mulheres, o conceito de gênero empregado até meados dos anos de 1980 buscava uma identidade coletiva entre todas as mulheres, o que veio a ser questionado por grupos feministas, especialmente pelas feministas negras e as de países do Terceiro Mundo. As demandas feministas mais coletivas não contemplavam as reais necessidades das mulheres negras das periferias dos Estados Unidos da América e não consideravam as especificidades de cada realidade social. Para essas mulheres periféricas, por exemplo, mais importante que lutar pelo controle do próprio corpo e pela legalização do aborto, era urgente reivindicar o direito à vida dos seus filhos já nascidos, constantemente assassinados pelas forças policiais locais.

Portanto, podemos considerar que foi pela atuação das Feministas Negras que o debate de gênero passou a incorporar as inúmeras diferenças entre mulheres e homens e das mulheres entre si, indicando que as distinções de feminilidade e masculinidade se entrelaçam com as diferenças de raça, etnia, classe, grupo étnico, nacionalidades e sexualidades.

A partir dos anos 1990, pesquisadoras feministas direcionaram o olhar crítico para a fixidez dos aspectos biológicos na estrutura sexo e gênero e, assim, intensificaram o diálogo sobre os direitos das pessoas que não correspondem aos padrões heteronormativos e às classificações lineares, como as pessoas intersexos, transsexuais e travestis. Neste momento, Piscitelli (2009) demarca a contribuição da autora Judith Butler no questionamento da “coerência” entre sexo, gênero e desejo.

Judith Butler (2003) é considerada uma das grandes referências no feminismo por problematizar o pensamento estabelecido de que a normalidade se dá a partir da combinação de sexo e gênero em coerência ao desejo. Suas formulações nos ajudam a pensar sobre a heteronormatividade como pensamento dominante e promove debates profícuos sobre a necessidade da defesa de direitos sexuais.

Nesta dissertação, priorizo a formulação de gênero que enfatiza as persistentes desigualdades entre homens e mulheres e, também, das mulheres entre si. O destaque a tais elaborações se dá por considerá-las férteis para uma abordagem que dê conta das especificidades da realidade brasileira. De modo que entrecruzar gênero com os demais marcadores sociais relevantes para nossa sociedade possibilita uma interpretação mais carregada de sentido, especialmente por considerar a multiplicidade de fatores que constituem os indivíduos. Na abordagem interseccional, busca-se na localização do espaço social e no tempo histórico, a interação de diferentes marcadores sociais e suas implicações na produção de diferentes modos de existência na nossa sociedade.

Dedico o próximo tópico a essa abordagem conceitual e metodológica.

2.2 INTERSECCIONALIDADE

Em conformidade ao que foi exposto no tópico anterior, a contestação das feministas negras e de países do Terceiro Mundo a respeito de uma pauta coletiva e única do movimento feminista inaugurou uma forma de analisar a multiplicidade dos fatores de opressão e subordinação que atingem as mulheres em suas infinitas particularidades de vida, o que contribuiu para uma nova concepção do termo “mulheres” nos estudos de gênero. Esse avanço conceitual foi importante para ampliar e especificar as necessidades de todas e de cada grupo de mulheres, não só de uma maioria branca e de extratos sociais mais privilegiados, como se compunha os primeiros grupos feministas.

Lélia Gonzalez (1984), ao abordar a condição social das mulheres negras brasileiras, defende que não é possível pensar sobre as dinâmicas de opressão sobre elas enquanto mulheres, sem considerar que o racismo e o sexismo a atingem de maneira específica e de forma simultânea. Os papéis sociais destinados para as mulheres negras ainda carregam os estereótipos de um corpo de consumo e a ser explorado. Desde a construção social da mulata do Carnaval, objeto de desejos sexuais, ao corpo da “mãe preta”, aquela que cuida e serve às famílias brancas, demarcando o lugar das empregadas domésticas.

Nesse sentido, Rosana Heringer & Joselina da Silva (2011) analisam dados socioeconômicos e destacam a distância entre as mulheres brasileiras. Para aquelas de grupos historicamente menos privilegiados da sociedade brasileira, como as mulheres negras e as mulheres indígenas, ainda destinam-se precárias condições de vida expressas em diferentes âmbitos, como acesso à educação, aos serviços de saúde e renda.

Consciente do dilema a ser enfrentado no feminismo hegemônico no que se refere a universalização da categoria “mulher”, Djamila Ribeiro (2017) ressalta, apoiada nas formulações de Simone de Beauvoir, que a mulher se torna mulher por meio da relação com o homem e também pelo olhar masculino direcionado a ela, confinando-as numa posição de dominação e submissão. A autora afirma que “se para Beauvoir, a mulher é o outro por não ter a reciprocidade do homem, para Grada Kilomba, a mulher negra é o outro do outro, o que a coloca num local de mais difícil reciprocidade” (p.38). Assim, ressalta que as condições objetivas de existência fazem com que as mulheres negras enfrentem muito mais dificuldades do que as mulheres brancas.

Ao discutir sobre as demandas específicas de cada grupo de mulheres somos levado/as a compreender, além das desigualdades e diferenças em relação aos homens, as diferenças das mulheres entre si – considerando, especialmente, gênero, raça e classe. Uma das maiores referências para o Feminismo Negro na atualidade, Patrícia Hill Collins, considera raça, classe e gênero opressões distintas, mas que atuam em conjunto, portanto, não se pode comparar e/ou hierarquizar-las por ordem de relevância. Ressalta ainda que, a fragmentação da existência humana em “caixinhas” não contribui para o desvelamento das conexões existentes entre classe, raça e gênero. Apesar do conhecimento de que esses marcadores atuam separadamente, o foco deve estar no modo como eles se entrelaçam e se estruturam.

Patricia H. Collins (2015) descreve as opressões de gênero em três dimensões: simbólica, institucional e individual. A dimensão simbólica trata dos estereótipos masculinos e femininos, atrelados à raça e classe, abordando o que está presente no imaginário social a respeito de homens e mulheres, de acordo com sua raça. As mulheres brancas carregam seus próprios estereótipos, e estes são bem distintos daqueles atrelados às mulheres negras, por isso devemos atentar para os diferentes resultados dos entrelaçamentos dos estereótipos associados aos marcadores sociais de classes, raça e gênero para que possamos avançar na compreensão e superação de desigualdades.

Ao tratar da dimensão institucional dessas opressões a autora discute como o entendimento da escravidão como uma instituição apenas racista ou apenas de classe reduz a compreensão da totalidade das relações de dominação e subordinação. Enfatiza o caráter patriarcal, a heterossexualidade presumida, o controle da sexualidade e fertilidade de mulheres brancas e negras de formas distintas como pontos entrecruzados ao racismo. Desse modo, confirma a fragilidade de concepções que fragmentam as interpretações sobre a realidade social e nos convida a refletir sobre quem comanda o que ela chama de “economia

política” da universidade, quem são os trabalhadores invisíveis que atuam nos setores de alimentação e limpeza depois que todos/as vão para suas respectivas casas.

Sobre a dimensão individual da opressão, Patricia H. Collins (idem, p.28) chama atenção para o fato de que raça, classe e gênero podem moldar as nossas histórias de vida de múltiplas formas, ressaltando que “todas as nossas escolhas se tornam atos políticos”. Transcender essas barreiras é uma tarefa de todos/as aqueles/as que desejam romper com as lógicas de dominação e subordinação. Para tal, ela propõe reconhecer a existência das diferenças de poder e privilégio, um olhar solidário para as causas comuns e construção de empatia para com as experiências de pessoas e grupos diferentes de nós mesmos. Nesse sentido, a postura teórica adotada nesta dissertação leva em conta o fato de que somos todos/as afetados/as pelas categorias de raça, classe e gênero de formas distintas e é necessário trazer ao debate em diferentes espaços sociais as questões de poder e privilégio.

Em consonância ao que é proposto por Patricia H. Collins, a autora Kimberlé Crenshaw (2002) considera que “as discriminações de raça e gênero não são fenômenos mutuamente excludentes”, ou seja, as desigualdades são acumuladas, e, para ilustração ela faz uma analogia com avenidas e terrenos sociais. A intersecção não aborda um só problema, ela atenta para as “vulnerabilidades interseccionais” de homens e mulheres marginalizadas. Para Kimberlé Crenshaw, os eixos de subordinação que estruturam a sociedade se dão a partir de nexos entre gênero, raça, cor e etnia. Afirma que:

“a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as ações políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (CRENSHAW, 2002; p.177)

Algumas críticas ao conceito de interseccionalidade giram em torno da ideia de que este conceito implique numa simples adição de marcadores de desigualdades (KERGOAT, 2016). No entanto, compreendo a interseccionalidade como o encontro dos marcadores que produzem um modo específico de ser e estar no mundo com as particularidades dos atores sociais e dos espaços de atuação.

Ao considerarmos a nossa posição frente a esses eixos, é pertinente trazer um outro aspecto muito importante para as discussões sobre as desigualdades sociais em geral, o conceito do lugar de fala de Djamila Ribeiro (2017). O lugar de fala trata do ponto de vista

dos indivíduos em relação a determinada realidade social, enfatizando a existência e experiência desse sujeito como constituidoras do seu ponto de vista. Algumas interpretações o tomam como uma autorização discursiva sobre determinado assunto. Por exemplo, somente os/as negros/as estariam autorizados/as discursivamente para falarem sobre questões do racismo. A interpretação privilegiada neste trabalho toma o lugar de fala como um espaço situação na qual o sujeito apresenta sua realidade para tratar dos assuntos em questão. Assim, enquanto mulher, brasileira, estudante, branca e de camadas populares, minhas elaborações sobre as opressões de gênero carregam as bagagens acumuladas em toda minha trajetória de vida. As leituras e interpretações de mundo são atravessadas por todas as experiências, com todos os privilégios e desvantagens. Desse modo, não posso falar por todas as mulheres brancas das camadas populares, porque minha existência traz peculiaridades e questões individuais. Mas, é importante situar as questões que são comuns a outros grupos de mulheres, classes e raça.

A socialização das gerações mais jovens no mundo ocidental tende a seguir lógicas binárias, dicotomizadas que interpelam meninos e meninas de maneiras distintas desde o nascimento, ou até mesmo antes dele. Algumas práticas sociais realizadas ainda durante a gestação tendem a diferenciar o tratamento destinado as pessoas de acordo com o sexo, a exemplo disso, as cerimônias para revelação do sexo do bebê que está a caminho, os presentes recebidos, tanto em relação ao enxoval quanto aos brinquedos para o pequeno ser humano. As cores azul e rosa são postas em oposição para designar o que é direcionado para meninos ou meninas, respectivamente. Além dessas atitudes simbólicas, as distintas expectativas em relação aos comportamentos e atitudes esperados de cada um e uma vão conformando os modos de ser e validando o que é socialmente aceito para cada grupo.

Guacira Lopes Louro (2014), ao discorrer sobre gênero, sexualidade e educação estabelece que

“não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma determinada sociedade e em dado momento histórico”.
(p. 25)

A autora apresenta uma reflexão fecunda sobre os aspectos que rondam a socialização de acordo com o gênero. Para além do enfoque nas práticas realizadas no espaço escolar, a autora nos convida a pensar sobre os aspectos mais simples e naturalizados da nossa vida cotidiana. Sendo um ponto de partida para nos debruçarmos sobre as relações de gênero no espaço doméstico, no que diz respeito às diferentes expectativas e distribuição das tarefas e

responsabilidades, nos modos distintos de ser, agir e de se portar no mundo social para meninos e meninas. A autora argumenta que esta socialização de gênero tem implicações reais no mundo do trabalho.

Para Kaizô Beltrão & José Alves (2009) o hiato de gênero na educação ocorre quando homens e mulheres têm oportunidades educacionais desiguais, sobretudo no acesso à escola. Os autores afirmam que a desvantagem feminina no campo educacional brasileiro perdurou por mais de 400 anos, contudo, as mulheres conseguiram reverter essa desvantagem ao longo da segunda metade do século XX.

Apesar da superação do hiato de gênero no campo educacional no que diz respeito às taxas de analfabetismo, média de anos de estudo e acesso ao ensino superior avanços ainda são necessários em termos de maior equidade em relação à distribuição das mulheres em carreiras sem estereótipos de gênero, fazendo com que elas deixem de ocupar os guetos profissionais relacionados ao cuidado e bem-estar, que em sua maioria, acaba conferindo-lhes menores rendimentos financeiros e menor prestígio social.

A tabela a seguir mostra a distribuição das pessoas em diferentes ocupações. Podemos perceber que as mulheres ainda são a maioria no exercício dos trabalhos domésticos e minoria entre as pessoas classificadas como empregadoras.

Tabela: Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo a posição na ocupação no trabalho principal – Brasil – 2015.

	Homens	Mulheres
Empregados	62,5%	57,4%
Trabalhadores domésticos	1,0%	14,2%
Conta própria	27,0%	17,4%
Empregadores	4,7%	2,4%
Não remunerados	1,7%	3,4%
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3,0%	5,2%
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2%	0,0%

Fonte: Brasil em síntese. IBGE. 2019.

A ideia de que a ampliação dos direitos educacionais às mulheres fosse contribuir diretamente para a emancipação feminina, considerando que, com maior qualificação profissional, pudessem receber melhor remuneração não se consolidou completamente. É notável que ainda hoje a segregação ocupacional se instala nos mais diversos campos, em níveis verticalizados, dificultando a chegada das mulheres nos postos mais privilegiados e, também, em níveis horizontais, fazendo com que mulheres optem, majoritariamente, por cursos vistos como femininos. A escassa participação feminina em áreas das exatas, estimulou órgãos internacionais a pesquisarem e criarem estratégias que promovam maior inserção feminina nas carreiras de ciência e tecnologia.

Somada a esta reflexão, é necessário avançarmos em debates que considerem o fato de que muitas mulheres ainda vivem em contextos de pobreza e violência e que apesar dos direitos conquistados, como: votar, estudar, ter uma carreira profissional, ter uma sexualidade, elas ainda precisam lutar mais que os homens para serem reconhecidas.

Para o avanço na complexa problemática de gênero na sociedade brasileira, bem como em outras, é necessário ir além das esferas microsociais. Deste modo, compreender de que modo o Estado tem abordado essas questões se faz muito pertinente.

A constituição de uma agenda de políticas de gênero no país institucionaliza demandas de grupos sociais específicos. No próximo capítulo, abordaremos de que forma essa agenda se instituiu no Brasil e de que modo os diferentes atores sociais vem performando no espaço social de modo a contribuir para com a redução das desigualdades de gênero.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO

Este capítulo, tem como objetivo analisar de que forma o compromisso com a igualdade de gênero se instituiu no Brasil. Estudiosas da temática (ADRIÃO & ARAUJO, 2017; FARAH, 2004; BANDEIRA, 2010) concordam que o momento de redemocratização do país, após as duas décadas de suspensão dos direitos civis devido ao regime militar iniciado em 1964, é o ponto de partida para o tratamento de tais questões.

A Constituição Federal promulgada em 1988 (CF/88), também conhecida como Constituição Cidadã, define que os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais e **promover o bem de todos**, sem preconceitos de origem, raça, **sexo**, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Este documento garante no artigo 5º que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - **homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações**, nos termos desta Constituição; (...)

Com os grifos acima, destacamos que esta foi a primeira a considerar homens e mulheres como iguais perante a lei. Entretanto, convém demarcar alguns tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário para compreendermos os desdobramentos nas políticas locais.

A Carta das Nações Unidas de 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 se apresentam como os primeiros documentos nos quais a ideia de que os direitos humanos fundamentais deveriam ser assegurados, entretanto, as mulheres estavam sob a universalidade da categoria “homem”, o representante legítimo da espécie humana.

Com o esforço de respeitar a linearidade histórica, descrevo os importantes eventos e compromissos do Brasil relacionados às políticas direcionadas às mulheres. No ano de 1975 é realizada I Conferência Mundial da Mulher sob o lema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, por isso este é um dos marcos históricos. A partir da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), de 1979 entendida como muito importante para o feminismo mundial por ter sido ratificada por grande parte dos Estados-

Membros da ONU (BANDEIRA, idem; MADSEN, 2008), diversas medidas e outros eventos foram organizados, endossando a discussão sobre a condição das meninas e mulheres em todo o mundo. Foi apenas no artigo 14 da Declaração de Beijing⁴ (1995) que os direitos das mulheres como direitos humanos foi enfatizado, destacando que a humanidade das mulheres nem sempre foi considerada (BANDEIRA, idem).

No âmbito nacional, Karla Adrião e Raissa Araujo (2017) constroem uma genealogia das políticas para mulheres brasileiras considerando o período entre 1985 e 2016. Essas autoras destacam medidas estatais anteriores à Constituição Federal de 1988. Dentre estas, o lançamento do **Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher** (PAISM) em 1983, vinculado ao Ministério da Saúde. A criação das **Delegacias de Defesa da Mulher**, em 1985, com o propósito de combater as discriminações e violências contra as mulheres. As Delegacias da Mulher se tornaram um marco histórico para as políticas para as mulheres por terem sido o primeiro dispositivo na esfera administrativa estatal a considerar as mulheres como *sujeitos vítimas de violência* e se descolarem do sentido estritamente reprodutivo atribuído às mulheres. Neste mesmo ano, foi criado por meio da lei n. 7.353 de 29 de agosto de 1985, o Ministério da Justiça cria **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher** (CNDM), de caráter consultivo, visava promover uma atenção para as questões das mulheres com a finalidade

“de promover em âmbito nacional, políticas que visem a eliminar a discriminação da mulher assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país”.

O CNDM integrou as pautas dos movimentos feministas e de mulheres. Fabrícia Pimenta (2010) o considera uma conquista feminista por ter sido capaz de mobilizar mulheres brasileiras de todas as partes do país que enviaram suas demandas ao conselho, promovendo debates e enfrentando os mais diversos conflitos.

É importante recordar que, naquele momento, a sociedade brasileira estava envolvida no processo de redemocratização e a inserção das mulheres e a politização de suas lutas na arena pública representava um processo de crescimento irreversível. (p.170)

⁴ A declaração de Beijing, produzida a partir da 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995 ainda hoje é considerada um marco na história das lutas pela promoção de igualdade entre os gêneros. O documento apresenta doze áreas temáticas para a atuação do enfrentamento das desigualdades vivenciadas por meninas e mulheres, bem como objetivos específicos traduzidos em ações para que os governos e organizações pudessem promover a igualdade e empoderamento de gênero. É um avanço nas discussões sobre as desigualdades de gênero no âmbito da ONU por destacar o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque da transversalidade.

Em 1987, mulheres feministas lançaram a campanha '*Constituinte para valer a pena tem que ter a palavra de mulher*'. Esta campanha denunciava as desigualdades de classe e pleiteava o direito à creche, ao trabalho, à saúde sexual, à saúde reprodutiva, ao aborto legal, ao combate à violência de gênero e outras questões. Essa intensa mobilização feminina para apresentar propostas na Assembleia Constituinte ficou conhecida como *Lobby do Batom*, e contou com 80% de aprovação das propostas apresentadas. Essa nomenclatura dada às demandas apresentadas pelas mulheres brasileiras foi elaborada a partir de postura misógina e preconceituosa por alguns parlamentares. Fabricia Pimenta (2010) comenta a seguir.

Importante destacar que o Lobby do Batom foi uma classificação feita por alguns parlamentares valendo-se de um recurso irônico como uma tentativa de inferiorizar ou, até mesmo, ridicularizar as manifestações das mulheres no processo constituinte. Podemos ainda inferir que esse artifício reflete o sexismo presente na conservadora esfera política, reduzindo as mulheres a seus corpos e aos artifícios utilizados para sedução. Esta estratégia tentou, sem sucesso, desqualificar a importância deste momento em nossa história política em relação à atuação das mulheres. (PIMENTA, 2010: p.91)

Na década de 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) disparou diversas ações na esfera global, culminando em conferências mundiais e grandes convenções, a saber:

- **Conferência Mundial Sobre Direitos Humanos** (Viena,1993) na qual reafirmou-se os direitos humanos das meninas e mulheres como inalienáveis, integrais, universais e indivisíveis;
- **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher** (Belém do Pará, 1994) que contemplou a questão da violência doméstica e sexual;
- **Conferência Sobre População E Desenvolvimento** (Cairo, 1994) que inseriu no debate as questões relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres;
- **Conferência Mundial sobre a Mulher** (Beijing, 1995) que consolidou o conceito de gênero na agenda internacional, ressaltando a necessidade de empoderamento feminino e a urgência da transversalidade das políticas públicas com a perspectiva de gênero.

Neste mesmo ano, a **Cúpula de Desenvolvimento Social** (Copenhague, 1995) constatou que a pobreza, o desemprego, a degradação ambiental, a violência e as guerras atingem com mais força as mulheres, evidenciando que as mulheres estão em constantes e múltiplas situações de desigualdade. Para além desses eventos, a **Conferência Mundial**

Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (Durban, 2001) chamou atenção para a situação de mulheres e jovens afrodescendentes e indígenas por vivenciarem uma combinação de preconceitos sexuais e raciais. Foi a partir desta conferência que Kimberlé Crenshaw (2002) sistematizou sua reflexão sobre a interseccionalidade.

Em 2002, Fernando Henrique Cardoso, ocupando a presidência, criou a Secretaria Nacional dos Direitos das Mulheres (SEDIM). Fabrícia Pimenta (2010, p. 149) relata que a missão era “viabilizar políticas públicas visando a equidade de gênero e o direito às diferenças, para melhoria da qualidade de vida das mulheres”.

Em 2003, no primeiro mandato do governo Lula, a SEDIM foi transformada na Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), com caráter de ministério federal.

(...) a criação de organismos de políticas para as mulheres no ano 2000 corresponde a uma mudança de postura do Estado, que passa a reconhecer publicamente a existência de desigualdades sociais entre mulheres e homens ao passo que fortalece possibilidades de execução de uma política pública estruturada. (ADRIÃO & ARAUJO, 2017; p.7)

A partir da CF/88 e em concordância aos compromissos internacionais dos quais o Brasil é signatário, políticas específicas para as questões de gênero se mostraram necessárias, tanto pelas demandas feministas em articulação aos movimentos sociais quanto pela necessidade de se prestar contas aos organismos internacionais.

Os primeiros anos do governo Lula foram marcados por abertura de espaços para importantes discussões sobre os direitos das mulheres. Em 2004, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM), a partir dela, o primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - I PNPM (2004) desenvolvido no âmbito da SPM, em conformidade à legislação vigente e todos os acordos internacionais na área de direitos humanos e direitos humanos das mulheres, buscou expressar as necessidades e expectativas das brasileiras ao que se refere à formulação e implementação de políticas públicas com o objetivo de promover igualdade para as mesmas. Este plano se apresentou como um compromisso do Governo Federal com a construção da igualdade de gênero no Brasil. Orientado pelos princípios da igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, da laicidade do Estado, da universalidade das políticas, da justiça social, da transparência dos atos públicos e da participação e controle social, este documento foi organizado em capítulos temáticos com e seus respectivos objetivos, metas, prioridades e planos de ação. A saber, referiu-se sobre: 1) Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; 2) Educação inclusiva e não sexista;

3) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4) Enfrentamento à violência contra as mulheres e 5) Gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Importante destacar que o processo de elaboração do plano contou com a participação de representantes dos poderes executivos, representantes de diferentes ministérios e secretarias, além de organizações de mulheres e feministas.

Em 2006, como efeito da pressão do movimento de mulheres, é importante destacar a Lei Federal 11.340/06. Mais conhecida como Lei Maria da Penha, este dispositivo define cinco tipos de violência doméstica para além da violência física, considera a violência psicológica, moral, sexual e patrimonial e se desdobra em medidas e serviços assistenciais para o atendimento e acolhimento das mulheres.

Após conferências regionais e a da II CNPM para a análise do I PNPM, elaborou-se o II PNPM (2008), sendo resultado da mobilização de mulheres em todo o Brasil e expressando a continuidade da vontade política do Governo Federal em reverter o padrão de desigualdade entre homens e mulheres. Os eixos temáticos foram revisados e outros acrescentados ao II PNPM. Desse modo, o segundo documento conta com onze capítulos, a saber: 1) Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; 2) Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; 3) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; 4) Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; 5) Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; 6) Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; 7) Direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; 8) Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatória; 9) Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; 10) Enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas; e, 11) Gestão e monitoramento do plano.

Os ganhos em termos de debates e olhares para as pautas das mulheres nesse período se mantêm, de certo modo, até o fim do ano de 2014 quando Dilma Rousseff termina seu primeiro mandato. A polarização política nas eleições de 2014 se acirraram no ano de 2015, quando, reeleita democraticamente, começa a sofrer com intensas retaliações. Araujo e Adrião (2017) comentam que as forças políticas de oposição ao governo eleito iniciaram um movimento que pedia o impeachment. Nesse momento de jogo entre forças políticas, concessões foram feitas.

No segundo semestre de 2015 houve uma reforma ministerial e a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) foi fundida com a Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) e Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Foi então criado o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH). (idem, p.9)

A junção das três secretarias foi duramente criticada pelos movimentos sociais, sendo um retrocesso explícito no campo das políticas públicas para as mulheres. Com o impeachment concretizado em 31 de agosto de 2016, movimento denunciado internacionalmente como golpe, Michel Temer assume o governo de forma permanente e reforma os ministérios. Neste momento, as três secretarias em questão são transferidas para o novo Ministério da Justiça e Cidadania.

3.1. GÊNERO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Em 2011 foi publicado o Relatório Informe Brasil – Gênero e Educação foi lançado em 2011 e atualizado em 2013, sendo apresentado no Congresso Nacional e na Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, em 2011, em Washington, EUA (CARREIRA, 2016).

Este relatório teve destaque por ter sido base para o Relatório da Sociedade Civil Brasileira no Processo de Monitoramento e Cumprimento da CEDAW. A atualização do Informe (2013) foi referência para o processo de debates anteriores à CONAE (Brasília, novembro/2014).

Este documento teve como objetivo questionar se os desafios relacionados ao gênero foram superados e constatou que o aumento das taxas de escolaridade da população feminina e seu melhor desempenho na trajetória escolar não podem ser considerados uma resposta final às metas internacionais sobre a equidade de gênero e educação. Os acordos internacionais tomam a educação como estratégia para o enfrentamento de distintas desigualdades e, portanto, uma agenda sólida de gênero nas políticas educacionais poderia ser um avanço para o enfrentamento de desafios que abrangem o mercado de trabalho, acesso ao poder, direito à saúde, à moradia, combate à violência doméstica.

Deste modo, a contribuição do informe se localiza na orientação de que a agenda de gênero nas políticas educacionais contasse com:

- políticas de acesso e permanência, considerando os diferentes grupos sociais. As desigualdades persistem entre as mulheres ao tomarmos marcadores sociais como raça

e etnia, local de moradia (urbano ou rural). A autora aponta para a frágil situação dos meninos e jovens negros.

- políticas de ampliação da noção de qualidade, valorizando a diversidade e combatendo o racismo e sexismo;
- políticas que promovessem maior equilíbrio entre homens e mulheres nas instâncias de poder na educação, com objetivo de romper com o teto de vidro na área. O informe considera urgente a implementação de medidas para valorizar as carreiras das profissionais da educação básica e outras medidas para diminuir a concentração de mulheres em carreiras tipicamente femininas, com menores rendimentos financeiros e baixo prestígio social
- políticas intersetoriais, atrelando a educação à distribuição de renda, trabalho, saúde e proteção integral dos direitos humanos.

Desde a atualização do informe (2013), destaca-se a grande preocupação com os retrocessos nos programas e políticas a partir de 2011. A expressiva atuação de grupos fundamentalistas e conservadores nos espaços de discussão das políticas públicas e as brechas abertas pelo governo levaram ao veto do Kit Escola Sem Homofobia⁵, por exemplo.

O informe elaborou treze recomendações numa abordagem interseccional para o enfrentamento das desigualdades de gênero. Destacamos a seguir algumas das principais recomendações:

- Considerou o aprimoramento na produção, coleta sistematização de dados pelo IBGE e INEP, bem como o melhor preenchimento das formações de raça/cor, para que seja possível avançar na captação de dados sobre estudantes travestis e transgêneros no Censo Escolar.
- Ressaltou a caixa-preta no que diz respeito a passagem o Ensino Médio para o Ensino Superior, e indicou a necessidade de melhorar a situação dos meninos e jovens negros na educação.
- Focalizou na necessidade ampliação do acesso à educação infantil, considerando que além de ser um direito das crianças, a ampliação da oferta da

⁵ Em 2004, o governo federal lançou o Programa Brasil sem Homofobia que dentre suas diretrizes tinha como objetivo promover “valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual”, como ações educativas, o programa desenvolveria materiais educativos sobre algumas questões que abarcavam orientação sexual e homofobia. Em 2011, um conjunto de materiais intitulado Kit Escola sem Homofobia iria ser distribuído nas escolas.

educação infantil de qualidade promove a autonomia das mulheres, uma vez que o trabalho da reprodução social e cuidado das crianças pequenas ainda recai sobre os ombros femininos.

- Recomendou, também, o fortalecimento das políticas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, medidas que valorizem a carreira dos/as profissionais de educação, a garantia de conteúdos referentes à igualdade de gênero e diversidade sexual na formação inicial e continuada desses/as profissionais.

Além disso, enfatizou sobre a necessidade de respeito ao princípio de laicidade do Estado, acabando com o ensino religioso nas escolas públicas por este ser, muitas vezes, um obstáculo à Lei 10.639/2003, que prevê o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. Considerou importante uma política de educação em sexualidade e elaboração de diretriz nacional sobre a temática, atentou para a necessidade de ações que promovessem maior engajamento das meninas em carreiras ligadas às exatas e ciências. Considerou a criação de um protocolo nacional de atendimento aos casos de violência de gênero e efetivar nas redes de ensino uma educação voltada para a sustentabilidade social e ambiental.

Na CONAE (2014), deliberou-se sobre a revogação do veto ao Kit Escola Sem Homofobia, instituiu-se o Dia do Combate a Homofobia (17 de maio) e a garantia do direito de acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero, formação de profissionais da educação em relação às famílias homoafetivas e a incorporação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) nos currículos escolares. Além disso, na CONAE ressoou a necessidade de cuidado das crianças pequenas para favorecer o direito à EJA e sobre o “auxílio-creche”. Normatizou, também, os limites de manifestações religiosas nas instituições de ensino públicas e considerou a elaboração das Diretrizes curriculares nacionais de educação, gênero e diversidade sexual. Porém, com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff o Conselho Nacional de Educação teve 12 dos 24 integrantes afastados, demarcando o início de um processo de desmonte e descontinuidade de diversos projetos. Apesar de todas as observações e recomendações apresentadas pelo informe, constatamos que no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) instituído pela Lei 13.005/2014 foram excluídos os termos sobre gênero e sexualidade. Denise Carreira (2016) observa que o PNE aprovou apenas duas metas propostas no informe, a meta sobre a ampliação do acesso à educação infantil e a meta sobre a elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos.

O contexto político, desde o afastamento de Dilma Rousseff, se encontra de forma bastante instável e marcado fortemente pelas investidas de grupos que promovem o retrocesso

nas questões de direitos humanos de uma forma geral e do direito à educação em particular. O aumento expressivo da presença de representantes fundamentalistas e conservadores nos espaços de tomada de decisão vem ameaçando as conquistas recentes da democracia brasileira. Tais circunstâncias se agravaram com o início do governo de Jair Bolsonaro em 2019. Um exemplo elucidativo é a nomeação da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Damares Alves, advogada e pastora evangélica, que atua no espaço político fortemente influenciada pelos dogmas relacionados a sua prática confessional, marcada pela valorização do patriarcado, visões discriminatórias às questões de diversidade sexual e manutenção das mulheres em posições menos privilegiadas na sociedade. Com este exemplo percebemos que a questão de representatividade dos interesses das mulheres nos espaços políticos não se resume a figura de uma mulher aleatória. É necessário que essas posições sejam ocupadas por pessoas que não estejam comprometidas com ideais ultraconservadores, não valorizem comportamentos machistas, não promova a opressão feminina valendo-se de uma matriz religiosa, o que acaba ferindo o princípio de laicidade do Estado.

Com o longo caminho percorrido com vistas a igualdade de gênero na sociedade brasileira, vemos que ainda temos uma trajetória trabalhosa pela frente. Passados 20 anos da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995, representantes dos Estados revisaram as metas e objetivos propostos, chegando a conclusão de que a plena igualdade de gênero não é realidade em nenhum país. O Relatório Beijing +20 (2015) apresentado pelo governo brasileiro considera os êxitos do governo brasileiro na promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e apresenta as medidas que vem sendo tomadas para a atingir objetivos propostos.

Sobre os êxitos, destacam-se os aspectos relacionados a Institucionalidade e Transversalidade das Políticas Públicas para as Mulheres, a criação de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza, como o Programa Bolsa Família, que atua na transferência direta de renda. Maior participação social das mulheres, por meio de órgãos governamentais como CNDM e SPM. Destacam-se as políticas de enfrentamento da violência contra a mulher e as medidas que buscam promover autonomia econômica. As especificidades desses programas e medidas não se enquadram no escopo dessa pesquisa, portanto, o ponto que mais nos chama atenção diz respeito aos temas relacionados à educação e trabalho.

Após trinta anos da promulgação da CF/88 podemos perceber que caminhamos em passos lentos no que diz respeito a garantia de igualdade entre homens e mulheres e na superação das desigualdades sociais que estruturam a nossa sociedade. É fato que somente a promulgação de uma constituição não seria suficiente para solucionar todas as problemáticas

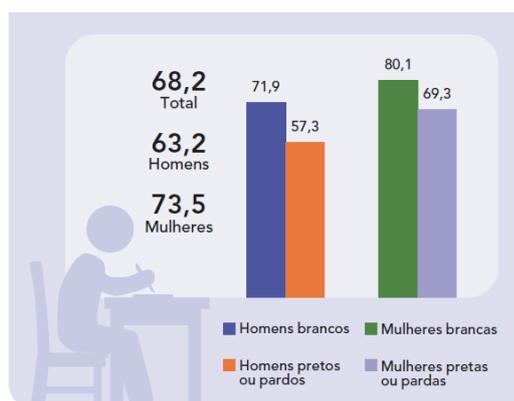
enfrentadas pelas mulheres brasileiras. Nesse sentido, as questões relacionadas à desigualdade de gênero ainda se fazem importantes e atuais.

Para tanto, a partir do Relatório Beijing +20 destacamos as seguintes medidas a serem adotadas pelo Brasil.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem: Incluir um objetivo específico para o tema da igualdade de gênero, além da transversalidade de gênero nos demais objetivos; Utilizar linguagem inclusiva; Incorporar os acordos da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher e do Plano de Ação do Cairo relacionados às mulheres e à igualdade de gênero; Incorporar dados e informações estatísticas desagregadas por sexo, idade, raça e etnia; Realizar cálculos globais, a partir de contas nacionais, que incluam a contabilização do trabalho não remunerado, exercido primordialmente pelas mulheres; Priorizar políticas de igualdade de gênero na agenda de erradicação da pobreza, tendo em conta que o ônus da pobreza recai principalmente sobre as mulheres; Enfatizar a importância da democracia com inclusão social, em que os Estados assegurem a toda a população, em condições de igualdade, o acesso a educação, saúde, moradia, trabalho, justiça e outros bens sociais;

Segundo o IBGE (2018), a vantagem educacional das mulheres fica mais evidente a partir da análise de indicadores que considerem o atraso em escolar das pessoas em idade adulta e conforme tratamos ao longo dos capítulos anteriores, o entrecruzamento de marcadores sociais produzem efeitos no acesso à educação.

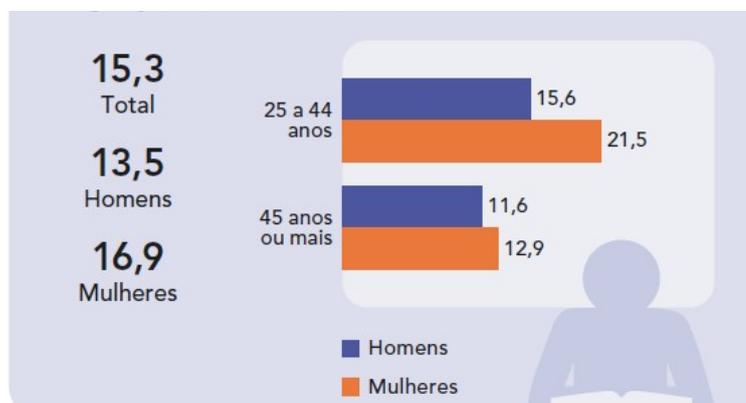
Gráfico : Taxa de frequência escolar líquida ajustada no ensino médio, por sexo e cor ou raça (%)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016

Em relação aos dados sobre o ensino superior, também percebemos a vantagem das mulheres sobre os homens.

Gráfico : População de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, por sexo, segundo os grupos de idade (%).



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016

As mulheres ainda se encontram em situação desigual em relação aos homens na pós-graduação e também no seu reconhecimento nas carreiras científicas. Essa posição desigual pode ser chamada de androcentria na academia. Areas (et al, 2019) definem o espaço acadêmico como androcêntrico e misógino. De acordo com as autoras, o conjunto de pesquisadores do CNPq representa um corpo de liderança no campo científico brasileiro são classificados desta forma:

pesquisador 1A (o mais alto escalão), 1B, 1C, 1D e Pesquisador nível 2 (o menor nível). As bolsas são distribuídas a partir de análise pelos pares, que são organizadas em comitês de áreas. Membros desses comitês são escolhidos entre os pesquisadores, e os resultados das análises são conduzidos aos setores administrativos, que podem impor cortes devido a limitações orçamentárias decorrentes de contingenciamentos impostos pelo governo. (p.4)

As autoras afirmam que adquirir o título de Pesquisador do CNPq representa um capital simbólico de bastante valor no espaço acadêmico e também fora dele. Nesse sentido, ao analisarem a distribuição dessas bolsas, constatam a desigualdade vivenciada pelas mulheres no âmbito da carreira acadêmica. Vejamos:



Figura 2: Pesquisadoras Bolsistas PQ. Fonte: www.cnpq.br; <http://memoria.cnpq.br/series-historicas>

Conforme foi exposto até aqui, muitos avanços precisam ocorrer para a plena igualdade de gênero no ensino superior, na pós-graduação e nas carreiras científicas. No próximo capítulo, apresento, a partir do levantamento bibliográfico, os limites e barreiras para a superação desses obstáculos a consolidação da carreira acadêmica por parte das mulheres.

4. CARREIRA ACADÊMICA SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Em março de 2012, na primeira aula da disciplina de Fundamentos Sociológicos da Educação no curso de Pedagogia da UFRJ, fomos convidados pela professora responsável a desenhar, em grupos de três ou quatro pessoas, o que imaginávamos como a imagem física de um cientista. Nesse exercício, podíamos acrescentar aspectos extra corporais que compusessem o fazer desta profissão. Lembro de que os desenhos elaborados pela maioria dos grupos naquele dia expressavam o imaginário de cientista como uma profissão de homens brancos, com muitos livros, muitos aparelhos eletrônicos e situados num ambiente físico bem parecido com um laboratório de química – desses que a gente vê em filmes de ficção científica. Alguns balões com várias letras e números escritos também foram desenhados com intuito de representar fórmulas matemáticas. A discussão após esse exercício foi no sentido da desconstrução da ideia geral de que o fazer científico seria uma exclusividade das chamadas ciências exatas.

O resgate dessa situação descrita acima tem o objetivo de fazer pensar sobre o quanto as imagens produzidas e as memórias acionadas quando pensamos sobre determinado tema são produto do imaginário social. Fruto da interação entre os campos micro e macrosociais, os modelos e padrões estabelecidos são validados durante a socialização das gerações mais jovens, com a transmissão de valores e tradições, por meio do contato com os dispositivos de comunicação em massa, como televisão e redes sociais, por exemplo, e especialmente, pela experiência educacional.

Ao longo da trajetória educacional, vamos nos constituindo enquanto indivíduos a partir das relações intrafamiliares, dos produtos consumidos e fortemente influenciados/as pelo currículo escolar oficial e também pelo currículo oculto. Antonio Flavio M. Barbosa e Vera Maria Candau (2007) entendem o currículo como

as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. (p.18)

As disputas de poder em torno do currículo estão longe de apresentar neutralidade, elas expressam a hegemonia no campo do saber e determinam os caminhos a serem percorridos no sistema educacional como um todo. Para além do currículo oficial, nos quais definem e organizam-se os conhecimentos escolares, somos influenciados/as pela atuação do currículo oculto. Basicamente, composto por valores e atitudes vivenciadas de maneira

subliminar no tempo e espaço escolar, ele se manifesta nas mensagens transmitidas pelo material didático, formas de organização do ambiente físico e nos componentes atitudinais dos sujeitos envolvidos. A prioridade dada e valorização determinados conteúdos escolares e os discursos e as práticas vivenciadas na trajetória educacional nos formam enquanto indivíduos e, portanto, merecem atenção.

Ao longo de toda trajetória educacional vamos nos deparando com figuras históricas importantes e privilegiadas em todos os campos do conhecimento escolar. Na História, na Filosofia, na Matemática etc. sempre aparece uma figura histórica, heroica e/ou genial para ilustrar o conteúdo estudado. A maioria dessas figuras históricas são homens e a explicação para essa sobrerrepresentação masculina pouco tem a ver com menor capacidade intelectual feminina, ou tendência a inércia por parte das mulheres ao longo da história da humanidade. A sobrerrepresentação masculina na história diz respeito ao processo de invisibilização das atividades e empreendimentos femininos e, de modo geral, de grupos menos privilegiados, incluindo aí sua sub-representação no campo da produção científica, campo social marcado pelo androcentrismo.

A história da ciência é geralmente apresentada como uma sucessão de obras de “grandes homens” – e de algumas mulheres escolhidas – que fizeram “descobertas” importantes. Incluir nessa história o trabalho oculto de inúmeras pessoas que têm literalmente “feito a ciência” pode modificar a nossa percepção da natureza do empreendimento científico e desestabilizar a imagem da investigação científica como uma atividade “pura” e desencarnada, pairando sobre o alarido e a desordem do mundo real. (LÖWY, 2009, p. 43).

Para compreendermos as engrenagens ligadas às desigualdades de gênero no campo científico brasileiro, precisamos examinar a etapa que o antecede – o ensino superior, pelo seu papel predominante na produção acadêmica e científica do país.

4.1 EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA PÓS-GRADUAÇÃO

André Salata (2018), ao descrever a história do sistema de ensino superior brasileiro, relata que, até 1930, este sistema de ensino era muito restrito. O sistema educacional brasileiro foi, seguindo tendência global, pensado e instituído como espaço destinado a grupos dominantes, representados pelas elites locais (PRATES & BARBOSA, 2015; MARTINS, 2018).

No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais em termos de classes, raça e gênero, a educação formal cumpre importante papel no processo de estratificação e mobilidade social. Carvalhaes e Ribeiro (2019) apontam que aos diplomados do ensino superior são conferidas as melhores chances em termos de salário e de condições de atuação no mercado de trabalho. Eles recebem, em média, 60% a mais do que uma pessoa que concluiu apenas o ensino médio. Os autores consideram relevante entender o padrão da distribuição das oportunidades educacionais nesse nível ainda destinado a poucos, por ter impacto direto nas possibilidades de mobilidade e possível efeito na redução das desigualdades socioeconômicas.

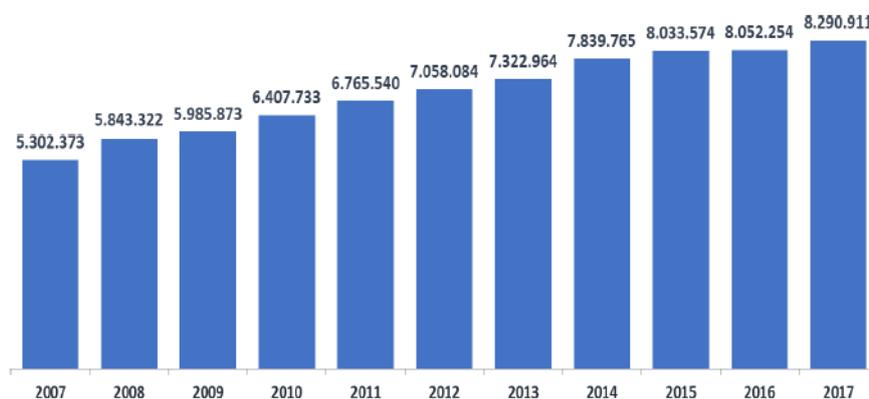
Nas últimas duas décadas, as políticas de expansão das oportunidades de acesso ao ensino superior contribuíram para o incremento nas taxas de matrícula, sobretudo nas instituições de ensino privadas. Análises recentes sobre o ensino superior brasileiro apontam que houve uma abertura para o ingresso de “novos estudantes” (Honorato & Heringer, 2015), provenientes das camadas populares e os primeiros das suas famílias a romperem a barreira do ensino superior.

Essa expansão do ensino superior no Brasil não é um fenômeno isolado, pelo contrário, aconteceu de modo a acompanhar um movimento mundial de expansão deste nível de ensino. Em menos de 40 anos, quintuplicou o número de estudantes no globo, passando de 28,6 milhões em 1970 para 152,5 milhões em 2007 (NEVES, et.al, 2018).

Diante dessa conjuntura mundial, no caso brasileiro, de acordo com as recentes Notas Estatísticas sobre o Censo do Ensino Superior de 2017⁶, verificamos um crescimento considerável das taxas de matrículas. No ano de 2007 o total estava próximo a 5,3 milhões de matrículas e em 2017 este montante ultrapassava o marco de 8,2 milhões. O gráfico 1 apresenta a evolução das taxas de matrícula desde 2007 até 2017.

⁶Divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf> Acesso em: 23 abr 2019.

Gráfico1: Evolução das taxas de matrícula



Número de Matrículas na Educação Superior (Graduação e Sequencial) – 2007-2017

Fonte: Notas estatísticas da educação superior.

Essa expansão numérica se deu, em grande medida, devido a iniciativas governamentais importantes, como Martins (2018; p.14) enumera:

o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), a adoção de políticas de ação afirmativa, a implementação da Lei n.º 12.711/12 nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) – conhecida como Lei de Cotas, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), entre outras.

Importante sublinhar que estas medidas contribuíram sobremaneira para que *grupos* historicamente excluídos do ensino superior pudessem estar presentes neste nível de ensino, especialmente a partir dos anos 2000.

Entretanto, apenas o alargamento das oportunidades de acesso ao ensino superior não é suficiente para uma efetiva democratização das oportunidades educacionais. Prates e Barbosa (2015) consideram que a incorporação de estudantes pertencentes a grupos que historicamente não fizeram parte da clientela do ensino superior não rompe com as dimensões “patrimonialistas” desse sistema de ensino. Para os autores, a preferência por cursos de bacharelado em detrimento dos cursos de formação tecnológica e das licenciaturas acontece de forma bastante marcada pelos aspectos sociais, sendo esses últimos os preferidos por estudantes de origem sociais mais modestas, e no caso das licenciaturas, marcada pela expressiva predominância feminina. De acordo com as Notas Estatísticas do Ensino Superior (2017), 70,6% das matrículas dos cursos de licenciatura eram do sexo feminino.

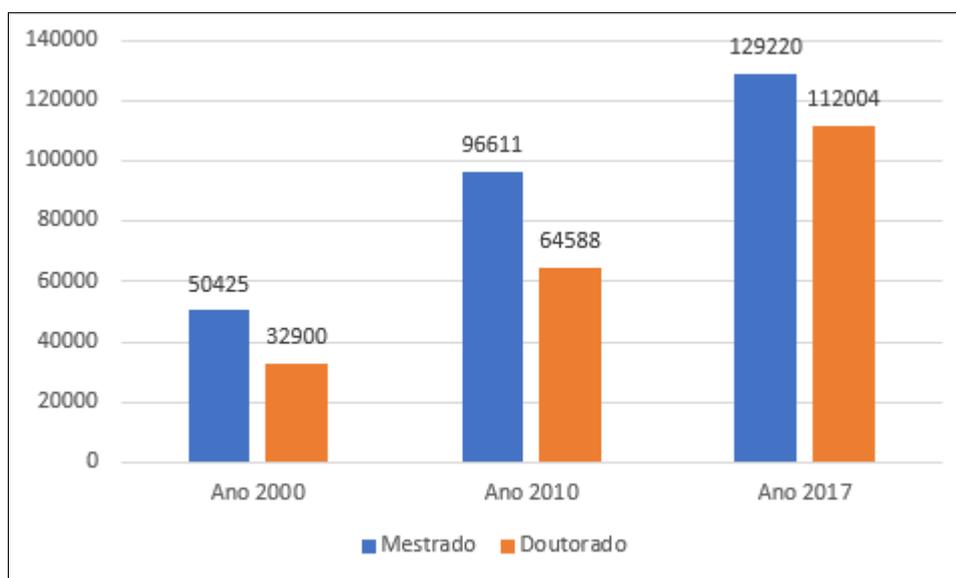
A ampliação do acesso ao ensino superior, somada a existência dos cursos noturnos, materializa/reforça a possibilidade de permanência dos estudantes menos privilegiados socioeconomicamente, por permitir a conciliação dos estudos com o mundo do trabalho. Para os autores mencionados acima, as instituições de ensino privadas oferecem mais oportunidades de cursos noturnos aos estudantes em comparação às instituições públicas e federais, o que reforça a dimensão patrimonialista destas instituições.

As estratégias desenvolvidas pelos grupos mais abastados para manutenção de certos privilégios sociais consistem, basicamente, em investir pesadamente na escolarização. Esse investimento prolongado para os estratos menos favorecidos socioeconomicamente é dispendioso e compromete os padrões orçamentários das famílias, mesmo que esteja vinculado ao sistema público de ensino. É nesse sentido que as ideias meritocráticas incorporadas ao ambiente acadêmico se contrapõem aos atravessamentos com os marcadores sociais de desigualdades. A origem socioeconômica dos/as estudantes continua implicando nas escolhas educacionais e profissionais. O contingente de pessoas com possibilidades de disputar uma vaga no ensino superior é marcado pelas desigualdades de classes, raça, gênero, território etc. Nas palavras dos autores, abrem-se as portas do ensino superior, porém ao lado apresenta-se uma “porta de serviço” para onde se dirigem os/as estudantes menos privilegiados.

Apesar da persistência das desigualdades que atravessam o ensino superior, avanços foram conquistados. A ampliação do acesso aos cursos de graduação, com vantagem feminina, e o aumento das taxas de matrículas nos cursos de pós-graduação nos leva a supor que mais mulheres têm investido nos cursos de mestrado e doutorado, as etapas preliminares para o ingresso na carreira acadêmica.

As informações disponibilizadas pelo Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES (2019) apresentam o crescimento expressivo do número de matrículas no sistema da pós-graduação, tanto no nível de mestrado quanto no nível de doutorado.

Gráfico 2: Número de matriculados na pós-graduação em mestrado e doutorado nos anos 2000, 2010 e 2017.



Fonte: Geocapes. Elaboração própria.

Ainda sobre os dados relacionados à pós-graduação, a publicação intitulada “Mestres e doutores 2015 – Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira”, no ano de 2014, a educação registrou um crescimento de mais de 240% no número de programas de mestrado e doutorado no período entre 1996 e 2014. A área da educação em 2014 foi a que mais concedeu títulos. Essa informação estatística reforça a premissa de que mais mulheres estejam ingressando no nível de pós-graduação *stricto sensu*, por ser esta uma área notadamente ocupada pelas mulheres.

Para além do ingresso no nível da pós-graduação, nos interessa saber em que medida as mulheres estudantes estão conseguindo romper com os estereótipos da socialização baseada no gênero, estereótipos estes que as condicionam a escolhas acadêmicas e profissionais baseadas nos marcadores de gênero.

Mani Tebet (2009) apresenta as desigualdades de gênero na educação afirmando que, apesar de haver mais mulheres estudantes e concluintes nos cursos de nível superior, elas acessam em menor proporção os financiamentos e fomentos de pesquisa quando chegam a posição de docentes.

Neste sentido, se faz importante analisar a situação da pós-graduação brasileira *stricto sensu*, e sua evolução nas últimas décadas, na perspectiva de gênero. Rodolfo Almeida e

Gabriel Zanlorenssi (2018)⁷, em reportagem no site de notícias Nexo, apresentam a expansão desta etapa de ensino considerando os mestres e doutores registrados na Plataforma Lattes no ano de 2016. A reportagem que teve o objetivo de apresentar um perfil dos mestres e doutores brasileiros traz dados sobre a faixa etária mais representativa em cada nível, sendo de 25 a 39 anos em nível de mestrado e, de 30 a 44 anos em nível de doutorado. No que diz respeito à proporção de gênero, os dados apresentados demonstram que, em nível de mestrado, as mulheres representam mais de 50% até a faixa etária de 55 a 59 anos. Em nível de doutorado, as mulheres são maioria na faixa etária de 30 a 34 anos. Essas informações sobre a proporção de homens e mulheres na pós-graduação levantam um ponto de discussão a ser trabalhado mais adiante, o conceito de *teto de vidro*. Este conceito trata das barreiras invisíveis que atrasam e impedem as mulheres no que diz respeito ao avanço na vida profissional. As principais constatações a partir dos dados apresentados pela reportagem vão no sentido da expansão numérica do contingente de concluintes em mestrado e doutorado a partir dos anos 2000, com destaque à participação feminina neste nível de ensino. Entretanto, cabe ressaltar que a segregação por área do conhecimento ainda se mostra bastante cristalizada, apesar de alguns avanços. De maneira geral, a pós-graduação brasileira ainda reproduz as desigualdades e concentração das mulheres em carreiras específicas. Areas (et al, 2019; p. 2) afirmam que

A opressão simbólica contra a mulher é traduzida na observação sobre a participação de mulheres em áreas estruturantes do poder nas sociedades modernas, como as ciências, sobretudo em física. Vale citar, por exemplo, a porcentagem de profissionais (professores) atuando nas áreas da física em algumas regiões: América do Norte 10%; América Latina, 12%; EuropaAnglo-Saxônica, 7%; Europa Latina e Leste Europeu, 22%.

O Instituto Unibanco (2016), ao questionar como aumentar a presença das mulheres em carreiras de exatas, aponta que em países mais igualitários em relação às questões de gênero (como Noruega, Suécia e Islândia, por exemplo) as diferenças no aprendizado em matemática não são significativas. Em oposição, aponta que em países latino-americanos, por exemplo, as expectativas dos pais e professores tem maior efeito sobre o aprendizado em matemática e também impactam de forma diferente as escolhas das carreiras para os diferentes sexos. A publicação do Instituto Unibanco afirma que os aspectos culturais pesam sobre o desempenho escolar, implicam em maiores níveis de ansiedade com a matemática para as meninas e limitam o potencial para que as mesmas optem por carreiras de exatas.

A UNESCO e a OCDE orientam que é necessário oferecer medidas de orientação vocacional que rompam com os estereótipos de gênero, além de trabalhar as expectativas dos

⁷ <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2018/05/23/Qual-o-g%C3%AAnero-e-a-idade-de-mestres-e-doutores-no-Brasil>

país sob a mesma lógica. Em síntese, o que se pode afirmar é que a diferença de rendimento em matemática é pequena nos anos iniciais do ensino fundamental, mas cresce até o ensino médio (Instituto Unibanco, 2016). Isso indica que a socialização de gênero é um primeiro fator explicativo. Ou seja, a maneira como meninas e meninos são educados, tanto no ambiente familiar quanto no ambiente escolar tem impacto no aprendizado das diferentes disciplinas e nas escolhas profissionais.

4.2 O QUE É CIÊNCIA? O QUE É SER ACADÊMICA?

Nesta pesquisa partimos da compreensão de que a ciência é fruto da atividade humana e por isso a consideramos uma construção social, marcada, como as demais, pelos indivíduos, tempos e lugares históricos (HARAWAY, 1995). Também tomamos como referência a ideia de que a ciência é considerada um campo com dinâmicas de funcionamento atreladas ao contexto no qual está inserido, e simultaneamente, como qualquer outro campo social, é regido por normas e acordos internos que exigem dos indivíduos a incorporação do *habitus* legitimado (BOURDIEU, 2004).

A socialização humana baseada nas diferenças percebidas entre os sexos e a necessidade de dicotomizar a existência humana produz efeitos na vida social como um todo, especificamente no campo educacional e, paralelamente, no campo científico. A vantagem masculina no campo científico é expressiva e retrata os aspectos históricos do androcentrismo.

Ilana Löwy (2009), no Dicionário Crítico do Feminismo, explica que a evolução do conhecimento científico foi moldada pela dicotomia entre masculino e feminino, com uma ampla predominância do primeiro. Consequentemente, fortaleceu-se o imaginário de que a neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade científica provem de seus criadores – homens ocidentais, brancos e de segmentos dominantes da sociedade.

Löwy indica que somente em 1970 a reflexão sobre gênero e ciência começou a ganhar espaço por meio da atuação do movimento feminista. A incorporação da perspectiva de gênero na produção dos conhecimentos científicos em diversos campos temáticos têm sido, ao longo do tempo, uma questão que movimenta importantes discussões. A suposta neutralidade de quem pesquisa, a justificativa e a relevância do que é um objeto a ser pesquisado, por muito tempo expressou a composição profissional do campo científico, marcado pelo gênero masculino e eurocêntrico. Entretanto, ao situarmos a produção científica como mais uma das produções humanas, associadas sempre ao seu tempo e lugar histórico,

compreendemos o que Löwy (2009) argumenta em relação à demanda social sobre a produção acadêmica. Por não estar dissociada do mundo, “as opções feitas pela sociedade podem afetar a determinação dos rumos e das prioridades da investigação científica” (p.41). Nesse sentido, a partir da emergência das pautas feministas e da crescente inserção das mulheres nas universidades e atividades de pesquisa, novos temas passaram a ser investigados e novas perspectivas consideradas.

Os conceitos de objetividade, racionalidade e universalidade da ciência implicam numa extensa desvalorização de outros pontos de vista que não correspondem ao grupo dominante na produção científica e suas realidades socioculturais. Donna Haraway (1995) chama atenção para a necessidade de pensarmos na produção de conhecimento como saberes localizados, evidenciando o tempo histórico e condições socioculturais de quem atua nesta produção. Recentemente, pesquisadoras têm buscado olhar para os diferentes **mecanismos** que ocasionaram a exclusão das mulheres das práticas científicas, sendo estes formais, ligados aos impedimentos legais, e/ou aqueles ligados à divisão de papéis sexuais na ciência, ao direcionamento das mulheres para estudos no campo da literatura, à dificuldade de acesso a cargos de autoridade.

Ana Eliza F. Pedreira (2014) dedica sua dissertação de mestrado a mapear a representação de cientistas entrevistados/as no Jornal Nacional e no programa Fantástico durante um período de 12 meses entre os anos de 2009 e 2010. A partir das análises, a autora chega à conclusão de que a grande maioria dos entrevistados como especialistas dos temas das notícias e reportagens reforçavam o estereótipo de que a ciência é desenvolvida por homens brancos, de idade madura (acima de 40 anos de idade), vinculados às universidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Nenhum/a cientista negro/a, asiático/a ou indígena foi entrevistado/a neste período. A contribuição da análise realizada reforça a necessidade de olharmos para a ciência sob um viés interseccional.

Londa Schiebinger (2001) afirma que o feminismo trouxe mudanças significativas para a ciência. O estudo de gênero na ciência se desenvolveu em vários campos do saber, fazendo com que a História se dedicasse a pesquisar a vida das mulheres cientistas, por exemplo. Entretanto, a autora aponta para alguns entraves, nomeados por ela de “becos sem saída”. Inspirados pelo feminismo liberal, que prega a plena igualdade entre homens e mulheres, o ingresso das mulheres nas carreiras científicas se daria de maneira problemática porque

ele procura adicionar as mulheres à ciência normal, deixando esta imperturbada. Espera-se que as mulheres assimilem a ciência, ao invés de

vice-versa; supõe-se que nada na cultura ou no conteúdo das ciências, precise mudar para acomodá-las. (p.24)

Assim como em outras temáticas relacionadas à inclusão de grupos historicamente excluídos em determinados contextos é preciso medidas afirmativas que garantam o acesso e permanência dos indivíduos desse grupo.

Apesar de todos os avanços na sociedade brasileira no que diz respeito ao acesso à educação e ingresso no mercado de trabalho formal, a participação feminina nas profissões científicas tem acontecido de maneira lenta. Além do ritmo mais vagaroso, a segmentação no meio acadêmico ainda é bastante expressiva (Melo & Rodrigues, 2006; 2018).

Jaciane P. Guimarães (2004) e Maria Silvana Bitencourt (2011) dedicaram suas pesquisas para compreender de que forma as desigualdades de gênero atravessam o período anterior ao ingresso na carreira profissional acadêmica – materializada pela aprovação em concurso e ou contrato com instituições de ensino e pesquisa. A primeira foca nas relações de gênero vivenciadas pelas doutorandas na Universidade Federal de Viçosa, apresentando discussões importantes sobre os impactos dos investimentos na carreira profissional e os desdobramentos nas relações afetivas e amorosas. A autora constata uma necessidade constante de negociação entre as demandas da formação no doutorado e os aspectos da vida familiar. Indica que os atravessamentos dos marcadores sociais de classes e gênero são definidores para a compreensão das situações localizadas e também das transformações macro históricas. Maria Silvana Bitencourt (2011) toma as doutorandas que são sujeitos de sua pesquisa como “candidatas à ciência”. A autora destaca que nem todo/a doutor/a é um/a cientista, mas que todo/a cientista precisa do título de doutorado a fim de trabalharem, em grande maioria, nas universidades públicas brasileiras. A tese busca compreender as dinâmicas vivenciadas pelas estudantes que se tornaram mães e suas principais constatações apontam para a tendência de adiamento, antecipação ou suspensão de alguns projetos de vida, como casamento e filhos. Para as mães no período de doutorado, a maternidade se apresenta como uma “escolha estranha” e exige delas a capacidade de usar o tempo de maneira diferente. Suas conclusões apontam para as desvantagens vivenciadas no que diz respeito a produtividade acadêmica e dificuldades de conciliar as demandas da vida acadêmica e da maternidade.

Os estudos sobre a sub-representação feminina nas áreas exatas, como as dissertações de Mariana F. Cavalari (2007), Betina S. Lima (2008), Sandra M. C. Cartaxo (2012) e Fabiane F. Silva (2012) abordam a presença feminina em áreas como a Matemática, a Física e Engenharia da Computação. Esses quatro trabalhos, em suas especificidades teóricas e

metodológicas, contribuem para o debate sobre a dominação masculina nos espaços acadêmicos. Além do foco dado aos aspectos inerentes à escolha de profissões que rompem com os estereótipos de gênero, as autoras também relatam as dificuldades de conciliar a vida profissional e acadêmica com as demandas sociais atribuídas às mulheres, relativas aos cuidados com filhos, casamento e uso do tempo.

As exigências impostas aos profissionais na academia versam sobre a necessidade de articular a docência na graduação e pós-graduação, o desenvolvimento de suas pesquisas e também a ocupação de cargos nos órgãos colegiados, como departamentos, coordenações etc. As mulheres, neste espaço profissional, somam as demandas do mundo do trabalho a todas aquelas inerentes ao espaço familiar. Deste modo, as pesquisas desenvolvidas sobre a presença das mulheres acadêmicas em cargos de liderança, como coordenadoras e reitoras por exemplo, partem das discussões sobre a segregação de gênero em nível horizontal, no que diz respeito à concentração feminina em determinadas áreas e também das discussões sobre o caráter androcêntrico do campo científico, das dinâmicas cotidianas que reforçam a literatura sobre o labirinto de cristal e do teto de vidro, como é a dissertação de Gabriella V. A. Campello (2011). O conceito do labirinto de cristal trata das barreiras enfrentadas no cotidiano das profissões e não focaliza as dificuldades de progressão e promoção profissional, como o teto de vidro. Esses conceitos serão abordados mais adiante, no subitem 4.3.

Sobre a ascensão na carreira científica, encontramos pesquisas que versam sobre mulheres que ocupam cargos de gestão e liderança, como as dissertações de Marcela Gleice V. Franca (2015), Leonir P. Martins (2015) e Analia das Graças G. Pontelo (2015). Marília B. F. G. Moschkovich (2013) também aborda o avanço das mulheres na carreira científica, destacando que, apesar de terem trajetórias mais tumultuadas que os homens, existe a possibilidade de crescimento profissional. De acordo com esta autora, as desigualdades de gênero são mais sistemáticas nos momentos anteriores ao ingresso na carreira. A forma de contratação para o exercício profissional nas universidades públicas, o principal locus profissional, se daria de forma mais impessoal, o que suavizaria as discriminações de gênero.

Sobre a chegada aos patamares mais altos da carreira científica, algumas publicações tratam do acesso feminino às bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq aos profissionais de destaque em sua área de atuação. Assim como Marília Moschkovich (2013), Renata M. Prado (2010), ao analisar a distribuição dessas bolsas constatou que em 2008, entre as 10.064 bolsas de produtividade (PQ) concedidas em todas as categorias e níveis, 1.034 foram para pesquisadores 1A. Desse subtotal, apenas 244 foram destinadas a pesquisadoras. Nota-se que do total de bolsas PQ ofertadas, as pesquisadoras 1A representam 2,42%.

Carolina C. B. Carvalho (2016) analisa a distribuição de bolsas de pesquisa na Universidade Federal de São Carlos no ano de 2014. Suas análises evidenciam que as mulheres têm sido mais contempladas no que diz respeito às bolsas de pesquisa desde o nível da iniciação científica (59%) até o nível de pós-doutorado (58%). É no nível posterior, das bolsas de produtividade do CNPq, que acontece a inversão das vantagens femininas, representada pela redução significativa do percentual das bolsas, elas conseguem 36% do total.

Nesse sentido, as pesquisas direcionadas à presença feminina na carreira acadêmica não focalizam o eixo das relações desiguais de gênero, pois, como bem nos lembra Kimberlé Crenshaw (2002), a existência humana é marcada por diferentes fatores sociais e é a partir da multiplicidade de fatores que os indivíduos se constituem.

No sentido de considerar a visibilidade da atuação das mulheres no campo da ciência, algumas publicações se encontram. A dissertação de Ana Carolina C. Gomide (2016), ao investigar quais são as representações das mulheres cientistas entre os estudantes do ensino médio, constata que a falta de representatividade feminina na ciência é fator que inibe a escolha das meninas estudantes por este campo profissional. Com fio condutor próximo, os trabalhos de Fabiani F. Caseira (2016) e Nathaly D. A. Chiari (2016) abordam a questão da lenta inserção feminina no campo científico e destacam a necessidade de medidas que busquem a representatividade feminina no campo da ciência, o que poderia, de acordo com essas autoras, contribuir para que mais mulheres optem pela carreira acadêmica.

Carmem S. F. Kummer (2017), analisando as trajetórias de profissionais de destaque no campo da História, evidencia as relações desiguais de gênero e aborda uma das temáticas mais recorrentes nas publicações levantadas nesta pesquisa, aquelas relacionadas às dificuldades de conciliar a vida profissional e familiar. Lucimeiry B. Silva (2017), destaca as dificuldades em equilibrar vida profissional com as demandas do trabalho como professoras universitárias das áreas das exatas.

Silmere A. S. Souza (2012), escreve que, entre as docentes universitárias, as demandas socialmente atribuídas às mulheres tem um peso significativo. Os relatos apresentados indicam o pouco tempo de descanso (menos de 8 horas por dia), o peso das responsabilidades familiares e a existência de uma quarta jornada de trabalho.

Vivian M. Santos (2012) aborda a inserção feminina na ciência e, além de destacar as dificuldades de conciliar a família e o trabalho no campo científico, marcado pela cultura androcêntrica, relata o peso da maternidade, assim como o trabalho de Maria Silvana Bitencourt, mencionado anteriormente.

Podemos dizer, em linhas gerais, que os temas destacados nas produções levantadas e descritas acima sobre ser mulher na academia reforçam as dificuldades enfrentadas pelas brasileiras em diversas esferas do mundo do trabalho, porém com a ênfase específica nas dificuldades enfrentadas no ambiente acadêmico. Mesmo se tratando de um corpo profissional privilegiado socioeconomicamente, de alta escolaridade e com vantagens e privilégios específicos da profissão, as narrativas de falta de acolhimento e desvantagens femininas estão presentes e carecem de medidas reparadoras e promotoras de equidade. Nesse sentido, concordamos com Neide M. Osada (2006), ao afirmar que

A importância da presença das mulheres nas ciências não deve responder a um projeto “politicamente correto”, nem somente a idéia de que as ciências brasileiras não podem prescindir das mulheres para o seu desenvolvimento, mas, sim, ao fato de que a equidade de gênero é também a busca por uma ciência mais justa, mais completa. (p.129)

Coletivos de mulheres acadêmicas vêm atuando para uma melhoria das condições de trabalho, tendo como pauta a necessidade de reconhecimento do trabalho reprodutivo exercido prioritariamente pelas mulheres. Destacamos a atuação do *Parent in Science*⁸, um projeto cujo objetivo é levantar a discussão sobre a maternidade (e paternidade) no universo da ciência brasileira. Com o intuito de preencher um vazio de “de dados e de conhecimento, sobre uma questão fundamental: o impacto dos filhos na carreira científica de mulheres e homens”.

4.3 TETO DE VIDRO E LABIRINTO DE CRISTAL

A metáfora do *glass ceiling* ou “teto de vidro” começou a ser utilizada nos Estados Unidos no final dos anos 1970 nas pesquisas sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, sobretudo em grandes empresas privadas (MARRY & POCHIC, 2017). A crescente participação feminina no mercado de trabalho, a partir de 1950, pouco proporcionou a chegada das mulheres em posições de alto escalão (Madalozzo, 2011). Ao investigarem sobre as possíveis causas desse atraso feminino, constatou-se que um conjunto de barreiras e constrangimentos evidentes e, também, não aparentes, limitariam as mulheres na escalada ao sucesso profissional (VAZ, 2008).

⁸ <https://www.parentinscience.com/sobre-o-parent-in-science>

Os direitos iguais para homens e mulheres assegurados no Brasil pela Constituição Federal de 1988 favoreceram debates sobre as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, aprimorando a legislação trabalhista e medidas de promoção de políticas públicas nesta temática. É neste sentido que Proni & Proni (2018) demarcam os avanços para a proteção dos direitos das mulheres trabalhadoras no Brasil, como a lei da licença maternidade, por exemplo.

As desigualdades de gênero no mercado de trabalho vão além da alocação em carreiras tipicamente femininas ou masculinas, numa perspectiva horizontal. Há, na esfera laboral, uma segregação hierárquica e verticalizada que reduz a velocidade com que as mulheres ascendem em suas carreiras profissionais. Com esse ritmo mais lento, o cenário profissional apresenta poucas mulheres em postos de comando e liderança.

Catherine Marry e Sophie Pochic (2017) ao analisarem o “teto de vidro” na França, discutem as desigualdades de carreiras entre homens e mulheres. Consideram que todos os aspectos que impedem a igualdade de gênero nos empregos e carreiras se traduzem no direcionamento de mulheres para as funções menos prestigiosas e fazem com que elas desapareçam ao longo da progressão para os cargos mais altos.

Essa metáfora do “teto de vidro” trata das barreiras invisíveis com as quais as mulheres lidam no meio profissional. As autoras enfatizam que, por muito tempo, a interpretação direcionada às desigualdades de progressão nas carreiras por parte das mulheres girava em torno de ideias que atribuíam às mulheres pouca ambição e as dificuldades advindas da “vida dupla”, o que poderíamos chamar de dupla jornada. Na perspectiva das autoras, não se consideravam os privilégios dos homens desde sua socialização infantil, no que diz respeito à valorização da dominação, aos desafios, vínculos de amizade e cumplicidade masculina. Além disso, o imaginário social ainda coloca sobre os homens a ideia de um homem provedor. Segmentos profissionais mais masculinos, como no caso dos diplomatas, contam com acordos conjugais irrestritos, nos quais a disponibilidade das suas esposas para as constantes viagens e mudanças é fator que mantém os casamentos. As autoras ainda ressaltam que, devido ao intenso machismo, em raríssimos casos, as esposas podem contar com o apoio incondicional dos maridos em relação a sua atividade profissional.

Com o intuito de ampliar a ideia do “teto de vidro”, a metáfora do “labirinto de cristal” apresentado por Alice Eagly & Linda Carli (2007) aborda as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no desenrolar de suas carreiras profissionais. Para as autoras, as mulheres têm chances de progressão, mas o caminho é tumultuado por diversos fatores que atravessam as existências femininas. As demandas familiares e do espaço doméstico acentuam as

desigualdades no uso do tempo e as demandas do trabalho reprodutivo são vistas de forma pejorativa em ambientes profissionais. Muitas mulheres são reposicionadas no ambiente profissional após voltarem da licença maternidade, por exemplo.

Outro ponto levantado neste texto aborda as vantagens que alguns grupos de mulheres têm sobre as outras e que somente as mais privilegiadas conseguem romper com as barreiras do teto de vidro, o que mais uma vez nos convida a analisarmos as desigualdades de gênero sob perspectiva interseccional.

Assim como Marina Cordeiro (2013) indicou em sua pesquisa com cientistas sociais, os conflitos entre família e carreira e as dificuldades de conciliação aparecem muito mais na perspectiva das mulheres, sobretudo quando estas ocupam carreiras mais competitivas, como no caso das carreiras acadêmicas (MARRY & POCHIC, 2017).

Além do teto de vidro, as autoras chamam atenção para a segregação horizontal, caracterizada pelas escolhas e alocações das mulheres em carreiras menos privilegiadas. As autoras sugerem políticas de promoção de igualdade e diversidade com medidas que favoreçam as mulheres. De modo geral, estes estudos indicam que as mulheres sempre têm uma carreira menos rápida e bem-sucedida, seja qual for sua situação familiar.

Lombardi (2017), ao entrevistar mulheres engenheiras, ressalta o quanto foi difícil para as entrevistadas alcançarem os postos de comando na sua área de formação, mas essa dificuldade não se limita aos casos de mulheres profissionais que transgridem as barreiras do socialmente esperado – as engenheiras. A dificuldade em chegar ao topo das carreiras é generalizada, até mesmo em áreas de predominância feminina.

Trata-se de uma questão de cultura organizacional que impede a chegada das mulheres em postos de liderança e de gestão. Nos locais onde há predominância da dominação masculina, prevalece um habitus sexuado, que valoriza comportamentos e atitudes consideradas masculinas, e atua sobre os corpos influenciando na organização social do grupo, na divisão sexual do trabalho. Essa organização social baseada na divisão sexual do trabalho é vista como natural por se tratar de um habitus incorporado. No livro, *Sejamos todos feministas* (2014), Chimamanda N. Adichie relata:

Tenho uma amiga americana que substituiu um homem num cargo de gerência. Seu predecessor era considerado um “cara durão”, que conseguia tudo; era grosseiro, agressivo e rigoroso quanto à folha de ponto. Ela assumiu o cargo, e se imaginava tão dura quanto o chefe anterior, mas talvez um pouco mais generosa – ao contrário dela, ele nem sempre lembrava que as pessoas tinham família. Em poucas semanas no emprego, ela puniu um empregado por ter falsificado a folha de ponto – exatamente como seu predecessor teria feito. O empregado reclamou com o gerente sênior, dizendo que ela era agressiva e difícil. Os outros funcionários concordaram.

Um deles, inclusive, disse que tinha achado que ela traria um “toque feminino” ao ambiente de trabalho, mas que isso não ocorrera. Não ocorreu a ninguém que ela estava fazendo a mesma coisa pela qual um homem teria recebido elogios. (p. 31)

As relações estabelecidas no ambiente de trabalho expressam as contradições existentes no mundo social. As características que seriam valorizadas em um chefe do sexo masculino, são contestadas se aparecem em mulheres. Por vezes, homens são grosseiros e considerados “práticos”, em outras ocasiões, mulheres são práticas e acabam sendo consideradas grosseiras. Isso se deve ao fato de estarmos imersos/as numa cultura que prega docilidade às meninas e força aos meninos.

4.4 USO DO TEMPO

A experiência de vida humana tem sido marcada pelo tempo, variando de acordo com as organizações sociais e culturais. O tempo cronológico ocidental é, portanto, mais uma das inúmeras construções sociais e carrega em si os princípios de uma sociedade a ser construída e ou consolidada. A socióloga Marina Cordeiro (2015) relata que o desenvolvimento da Revolução Industrial com toda a incorporação das máquinas ao trabalho encaminhou-se de modo exaustivamente rápido e, simultaneamente a este processo de inovação, os trabalhadores foram perdendo a autonomia sobre a organização do próprio tempo.

O desenvolvimento industrial e o aperfeiçoamento dos sistemas de produção fizeram com que os tempos e ritmos de trabalho fossem modificados, modificação esta resultante de uma busca infundável do aumento de produtividade que se deu via “divisão e especialização das tarefas” (Idem, p. 292). Assim como os avanços tecnológicos imprimiram ritmos distintos de trabalho, a autora chama atenção para alteração dos modos de trabalho, com enfoque na flexibilidade do tempo.

Marc Bessin (2016) compreende o tempo como uma categoria central no modelo capitalista, pensado de forma urbana, masculina e industrial. Ou seja, a percepção e utilização das vinte e quatro horas do tempo cronológico vai muito além de uma questão individual, é fruto de uma construção cultural que legitima grupos dominantes e que não é neutra e, muito menos, natural. Esta construção reproduz e acentua as desigualdades de gênero em diferentes níveis, sobretudo na atribuição às mulheres do trabalho doméstico e responsabilidades com a família. O autor também chama atenção para o aspecto geracional, ou seja, a idade que as mulheres têm implica em uma exigência diferenciada referente aos trabalhos de cuidado.

Desde a mais tenra idade, as meninas têm a socialização direcionada para a aprendizagem de atitudes e comportamentos que incutem valores e modos de agir responsivos para com as atividades do lar, enquanto os meninos têm o encorajamento familiar e social a se aventurarem em atividades, brinquedos e brincadeiras que os impulsionam para uma vida “fora de casa”.

Essa socialização das gerações mais novas a partir da distinção do sexo biológico fez com que, por muito tempo, e ainda hoje, pensassem sobre a existência “natural” de papéis naturalmente masculinos e femininos. Louro (2014) nos aponta que a discussão sobre papéis masculinos e femininos nos leva a pensar apenas nas relações entre indivíduos numa esfera microsocial e a desconsiderar uma lógica estruturante da vida em sociedade que é superior ao que acontece face a face, e dentro de cada arranjo familiar. Segundo ela:

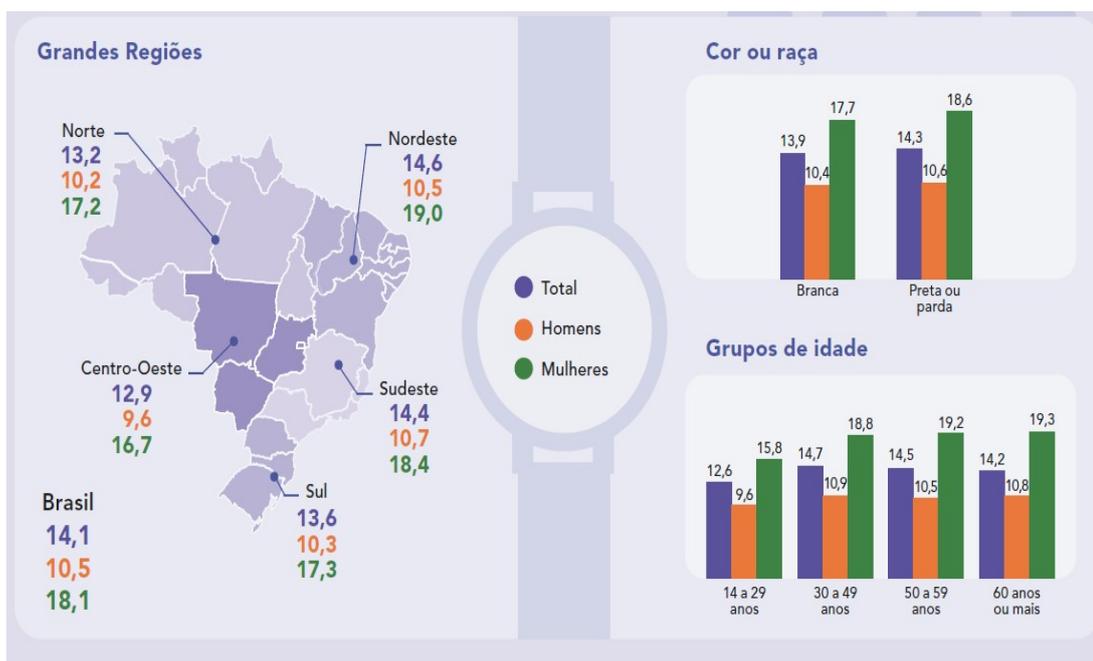
As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. Ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem as hierarquias de gênero. (p.28)

Em consonância a esta reflexão, Bessin destaca a diferença do uso do tempo entre homens e mulheres e também entre as diferentes mulheres. O autor aponta para alguns aspectos que diferenciam as mulheres entre si, como o aspecto geracional, condição racial, origem – quando se refere à migração, condição socioeconômica e outros fatores de forte impacto na vida das mulheres no que se refere a relação com os trabalhos domésticos e de cuidados.

O estudo *Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil* (2018) produzido pelo IBGE apresenta a média de horas, por semana, dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos de brasileiros, homens e mulheres. Neste estudo, podemos ver que no ano de 2016 as mulheres dedicaram 73% de horas a mais que os homens nessas atividades, 18,1 horas para elas e 10,5 para eles.

Importante destacar que, ao desagregar essas informações por região, cor ou raça e idade, esses marcadores sociais expressam o peso que carregam em si. Vejamos:

Média de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas ocupadas, por sexo (horas semanais)



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016

A atribuição massiva do trabalho doméstico às mulheres caminha ao lado de tendências de expansão da inserção feminina em atividades remuneradas e também ao crescimento das taxas de escolarização feminina em todos os níveis nas últimas décadas. De acordo com o IBGE (2018) diversos indicadores confirmam essa tendência de superação dos níveis educacionais das mulheres em comparação aos homens, embora a estrutura ocupacional permaneça bastante desigual.

Guimarães e Brito (2016) chamam atenção para o engajamento das mulheres no mercado de trabalho nos últimos 50 anos, o que fez elevar a taxa percentual de mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Os autores relatam que, em 1960, o mercado de trabalho brasileiro era predominantemente masculino, oito em cada dez homens aptos ao trabalho buscavam o mercado de trabalho como meio de sobreviver, enquanto que para as mulheres a proporção era de apenas duas em cada dez. Com a expansão dos meios urbanos e avanços industriais, cada vez mais as mulheres procuraram o mercado de trabalho.

Esse crescimento expressivo do engajamento feminino em atividades educacionais e profissionais, atrelado ao encargo massivo do trabalho doméstico se apresenta como uma contradição que incita reflexão sobre a necessidade de conciliar as demandas atribuídas às

mulheres no espaço doméstico e aquelas advindas das atividades educacionais e profissionais para além da vida familiar.

É nesse sentido que a reflexão sobre o uso do tempo se encontra com a discussão sobre as desigualdades de rendimentos nas atividades remuneradas e também na divisão sexual das carreiras e ocupações.

Jules Falquet (2016) afirma que, a despeito dos avanços e conquistas femininas, a crise econômica afeta a vida das mulheres no mundo inteiro, fazendo com que o mercado de trabalho se tornasse cada vez mais rígido com as mulheres menos privilegiadas no que diz respeito a classe e raça. Sobre o trabalho doméstico, é preciso considerar que, para que algumas mulheres com vantagens socioeconômicas pudessem estar liberadas das atividades domésticas, grupos específicos de mulheres ocupam a posição de subalternidade. Na França, contexto em que Jules Falquet escreve, esse grupo de mulheres é composto pelas imigrantes de diversos países africanos. No Brasil, o trabalho doméstico é predominantemente desempenhado pelas mulheres negras, quase sempre com origens familiares nas regiões Norte e Nordeste.

Para a autora é necessário estarmos atentas às conquistas e aos desafios que persistem sobremaneira para aquelas pessoas que acumulam mais de um marcador social de desvantagem. Sobre as conquistas, Falquet (2016) salienta que a situação das mulheres tem melhorado a passos lentos, porém, passos mais lentos ainda para aquelas menos privilegiadas socioeconomicamente. Destaca que, muitas vezes, o progresso de um determinado grupo de mulheres se dá num contexto de terceirização dos trabalhos domésticos e de cuidados que tem como mão de obra grupos de mulheres marginalizadas dentro de cada contexto social.

Na sociedade capitalista, como é a que vivemos atualmente, o rendimento monetário é poder, possibilidade de sobrevivência, especificamente para as classes mais pobres e oprimidas. Para muitos o trabalho que dá um rendimento salarial representa o acesso aos recursos básicos para a vida humana. Em via oposta a importância do trabalho exercido pelas mulheres nos espaços domésticos, temos como mecanismo de cálculo dos índices econômicos dos países o Produto Interno Bruto. Esse cálculo exclui as atividades femininas direcionadas ao trabalho de cuidado com crianças e pessoas idosas e/ou adoecidas além dos encargos de administração da casa, excluindo completamente as atividades exercidas pelas mulheres, porque não calculam o valor econômico que elas produzem.

Para além da invisibilidade do trabalho realizado no espaço doméstico, as mulheres vivenciam a desigualdade salarial em comparação aos homens que exercem a mesma função no mercado de trabalho. Enquanto as mulheres se esforçam para ocupar espaços de trabalho e

superar esse gap salarial, o fardo do trabalho doméstico ainda recai sobre os ombros femininos e se apresenta como um obstáculo a mais na vida profissional. Os dados disponibilizados pelo IBGE (2018), evidenciam que as mulheres pretas ou pardas são as que mais desempenham funções de tempo parcial no mercado de trabalho (31,3% do total) enquanto que, para as brancas, existe uma “vantagem” com um menor percentual nestas condições (25%). Entre os homens a diferença percentual é de 11,9% para os brancos e 16% para os pretos ou pardos. Ou seja, a flexibilização dos tempos e modos de trabalho descritos subalterniza ainda mais os grupos menos privilegiados na sociedade capitalista.

Diante desse contexto, podemos supor que o adiamento da maternidade tem sido utilizado como uma estratégia profissional para as mulheres mais escolarizadas. O estudo “Saúde Brasil”, a partir de dados coletados pelo IBGE concluiu que:

(...) o percentual de mães na faixa etária dos 30 anos cresceu na última década, passando de 22,5% em 2000 para 30,2% em 2012. Já o número de mulheres com menos de 19 anos que tiveram filhos caiu de 23,5% para 19,3% no mesmo período. Outra constatação do estudo é que quanto maior a escolaridade, maior a idade da mãe no momento do parto, sobretudo as de “primeira viagem” (que informaram não ter filhos anteriormente). Entre aquelas com níveis mais elevados de escolaridade (12 anos ou mais de estudos), o nascimento do primeiro filho acontece com elevada frequência após a mãe completar 30 anos ou mais de idade (45,1%). Já dentre as com menor escolaridade, com até três anos de estudo (51,4%) ou com 4 a 7 anos de estudo (69,4%), mais da metade foram mães com menos de 20 anos.

Sobre o debate acerca da maternidade temos que pensar sob duas perspectivas. A primeira no que se refere ao direito de escolha das mulheres por exercer essa função ou não, rompendo com a chamada “maternidade compulsória”. A segunda aborda a necessidade de acolhimento daquelas mulheres que optam pela maternidade, mas que continuam sendo indivíduos de direitos, sobretudo de desenvolverem sua carreira profissional.

Os encargos advindos com a maternidade precisam ser acolhidos e compreendidos pela sociedade de modo geral, e para tanto é necessário que medidas de reconhecimento desse trabalho sejam desenvolvidas nos mais distintos âmbitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, partimos do contexto da ampliação das oportunidades educacionais, sobretudo no ensino superior, para discutirmos as desigualdades de gênero que persistem e se reproduzem no meio acadêmico. Priorizamos as formulações sobre o conceito de gênero que o tomam como uma construção social (SCOTT, 1995), buscando explicar as relações sociais entre os sexos que estruturam e legitimam relações de poder.

Consideramos a perspectiva interseccional como um segundo fio condutor das análises, por nos favorecer um olhar mais completo sobre as complexas dinâmicas sociais. A partir dessa perspectiva, consideramos que a interação entre os marcadores sociais de classes, raça e gênero produzem modos de ser e estar no mundo social e imprimem significados distintos nos diferentes espaços ocupados. A partir das reflexões de Louro (2014), abordamos o papel da socialização familiar na reprodução dos estereótipos de gênero na sociedade brasileira, indicando a relação entre os valores e atitudes valorizados em homens e mulheres e a escolha por uma carreira profissional.

A partir da reflexão sobre a socialização, destacamos os avanços educacionais das mulheres a partir do século XX, porém destacando que a superação do hiato de gênero e o entrelaçamento com problemáticas estão longe de serem solucionadas em nossa sociedade.

De modo geral, apresentamos um panorama das políticas públicas de gênero com vistas à promoção de igualdade entre homens e mulheres, destacando o contexto de redemocratização do Brasil a partir dos anos 1980 e também dos acordos internacionais dos quais o país é signatário.

Com o levantamento bibliográfico realizado no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, tivemos a oportunidade de mapear as temáticas mais recorrentes nas pesquisas sobre as desigualdades de gênero na carreira acadêmica brasileira.

As análises apontam para eixos temáticos relativos à sub-representação feminina em carreiras das ciências exatas e tecnológicas, seguindo tendências de outros países. Esta sub-representação se relaciona ao fato de que o ambiente acadêmico e científico se constitui como um espaço androcêntrico com tendências ao apagamento do trabalho de mulheres (ANDREAS et al, 2019).

Nesse sentido, as lógicas de progressão na carreira acadêmica são atravessadas por constrangimentos informais que atrasam a chegada das pesquisadoras aos cargos mais altos.

Além dessas especificidades do fazer acadêmico, às mulheres que ingressam na carreira acadêmica são impostas outras condições de fragilidade e desigualdade no que diz respeito a desigualdade no uso do tempo e, também, na atribuição quase que exclusiva das demandas com os afazeres domésticos e demandas de cuidado com familiares e filhos.

É importante destacar que a maioria das mulheres que conseguem romper com todas as barreiras e superar os constrangimentos sociais anteriores ao ingresso na carreira acadêmica acumulam, de certa forma, vantagens em relação à grande massa de mulheres. No entanto, é importante notar que mesmo num segmento que já é bastante elitizado, as desigualdades de gênero continuam sendo impostas e até mesmo reproduzidas.

Os estudos apresentados demonstram que, do ponto de vista educacional precisamos continuar investindo em medidas que incentivem a participação feminina em carreiras exatas. Sob o ângulo sociocultural, é necessário que padrões culturais estereotipados sejam repensados com o objetivo de valorizar o trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres, desnaturalizar as responsabilidades com as tarefas domésticas e cuidados com outros seres humanos como habilidades inatas das mulheres.

Na carreira acadêmica, é necessário que medidas de reparação às mulheres pesquisadoras que tiveram filhos continuem sendo implementadas, com vistas a diminuir as desigualdades entre homens e mulheres neste campo profissional.

Sugerimos um investimento maior na produção de dados sobre gênero, raça e etnia na pós-graduação de forma mais acessível para que pesquisas sobre a temática continuem sendo desenvolvidas e contribuindo para os debates acerca das desigualdades de gênero no meio acadêmico e para que medidas sejam implementadas visando a promoção da equidade neste espaço profissional.

5. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Editora Companhia das Letras, 2014.

ADRIÃO, Karla Galvão & ARAUJO, Raissa Barbosa. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES NO BRASIL DE 1985 A 2016: UMA ANÁLISE SOBRE SUJEITOS**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos). Florianópolis, 2017.

AREAS, Roberta; BARBOSA, Marcia C.; SANTANA, Ademir E.. **Teorema de Emmy Nöther, 100 anos: Alegoria da Misoginia em Ciência**. Rev. Bras. Ensino Fís., São Paulo, v. 41, n. 4, e20190017, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172019000400406&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 jun. 2019

ÁVILA, Rebeca Contrera. **Trajetórias e estratégias escolares de mulheres de camadas populares que vivenciam uma tríplice jornada diária: trabalho remunerado, trabalho doméstico e estudos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São João del-Rei—UFSJ. São João del-Rei, 2010.

BANDEIRA, Lourdes e Melo, Hildete Pereira de. **Tempos e Memórias: Movimento feminista no Brasil**. Brasília – DF, 2010.

BARRETO, Andreia. **A MULHER NO ENSINO SUPERIOR – DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTATIVIDADE**. In: Cadernos do GEA, n. 6, jul./dez. Rio de Janeiro. FLACSO/GEA; UERJ/LPP, 2014.

BELTRAO, Kaizô. Iwakami; ALVES, José. Eustáquio. Diniz. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 136. São Paulo, jan./abr. 2009, pp.125-156

BESSIN, Marc. Política de presença. **As questões temporais e sexuadas do cuidado**. In: ABREU et al (orgs). *Gênero e Trabalho no Brasil e na França – perspectivas interseccionais*. Boitempo, 2016, pp.235-245.

BITENCOURT, Maria Silvana. **Existe o outro lado do rio? Um debate sobre educação, gênero e engenharia** – 1. Ed – Curitiba: Appris, 2016.

Bitencourt, Silvana Maria. **Candidatas à Ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado**. 01/03/2011 340 f. Doutorado em SOCIOLOGIA POLÍTICA Instituição de

Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS – SC.
Biblioteca Depositária: BU UFSC.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** Tradução de Denice Barbaba Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução: Renato Aguiar – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPELLO, Gabriella Vasconcellos Araujo. A Construção Da Carreira De Reitoras: Um Olhar Sobre As Universidades Federais.' 01/08/2011 174 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, São Paulo Biblioteca Depositária: George Alexander

CARREIRA, Denise. **O INFORME BRASIL – GÊNERO E EDUCAÇÃO: DA CONAE ÀS DIRETRIZES NACIONAIS.** In: Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. Denise Carreira [et al.]. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016.

CARTAXO, Sandra Maria Carlos. Gênero e Ciência: um estudo sobre as mulheres na Física.' 01/08/2012 124 f. Mestrado em POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS Biblioteca Depositária: Biblioteca Central. Disponível em:

http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286842/1/Cartaxo_SandraMariaCarlos_M.pdf

CARVALHO, Carolina Cisoto Barbosa De. EQUIDADE DE GÊNERO NA CIÊNCIA? UM ESTUDO SOBRE AS PESQUISADORAS BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS.' 16/02/2016 160 f. Mestrado Profissional em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, São Carlos Biblioteca Depositária: Biblioteca Comunitária da UFSCar

CASEIRA, Fabiani Figueiredo. O MUNDO PRECISA DE CIÊNCIA, A CIÊNCIA PRECISA DE MULHERES: INVESTIGANDO A PREMIAÇÃO PARA MULHERES NA CIÊNCIA'

09/03/2016 128 f. Mestrado em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE (UFSM - FURG) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, Porto Alegre Biblioteca Depositária: SiBFURG

CAVALARI, Mariana Feiteiro. A Matemática é Feminina? Um Estudo Histórico da Presença da Mulher em Institutos de Pesquisa em Matemática do Estado de São Paulo' 01/03/2007 147 f. Mestrado em EDUCAÇÃO MATEMÁTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/RIO CLARO, Rio Claro Biblioteca Depositária: IGCE/UNESP/Rio Claro (SP)

CHIARI, Nathaly Desirre Andreoli. UMA SITUAÇÃO DE ENSINO PARA UMA DISCUSSÃO DA TEMÁTICA DE GÊNERO NA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS' 31/03/2016undefinedf. Mestrado em ENSINO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: UEL

COLLINS, Patricia Hill. **Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão.** Reflexões e Práticas de transformação feminista. Renata Moreno (org). Cadernos Sempre Viva. Organização Feminista: São Paulo, 2015. p 13-42.

CORDEIRO, Marina de Carvalho. **“Você tem tempo?” Uma análise das vivências temporais dos cientistas sociais na sociedade contemporânea.** Tese de Doutorado em SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. **DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO.** Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, 2002.

Declaração Universal Dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Porto Editora. 2018. Versão para dispositivos móveis. Disponível em:https://play.google.com/store/apps/details?id=pt.portoeditora.android.dicionario.lingua_portuguesa&hl=pt-PT Acesso em jan. 2019.

DO BRASIL, Centro Cultural Banco. Relatório BEIJING+ 20. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/13022Brazil_review_Beijing20.pdf

FALQUET, Jules. Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação? In: ABREU et al (orgs). Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. 2016. pp.37-46.

FERREIRA, Marcos Felipe. **O curso de Pedagogia: perfil de ingresso, inserção profissional e promoção social**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação/ Universidade de Brasília. Brasília (DF), 2014.

FRANCA, Marcela Gleice Vilela. DO MAL-ESTAR GERENCIAL AO ESTRESSE: as fontes de tensão de coordenadoras de curso de Instituições de Ensino Superior privadas de Belo Horizonte' 08/04/2015 142 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: FACULDADE NOVOS HORIZONTES

GÉLEDES – INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Por que mulheres que ganham salários maiores que seus parceiros incomodam. De Otavio Augusto. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/por-que-mulheres-que-ganham-salários-maiores-que-seus-parceiros-incomodam/>> Acesso em: 05 ago. 2018.

GEOCAOPES – Sistema de Informações Georreferenciadas. CAPES. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em 25 abr. 2018.

GOMIDE, ANA CAROLINA CORRIERI. GÊNERO, CIÊNCIAS E MÍDIA: representações de mulheres cientistas entre estudantes do 2º ano do ensino médio em Belo Horizonte' 27/06/2016 166 f. Mestrado em SOCIOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: undefined

GONZALEZ, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, Jaciane Pinto. Projeto de Vida, Deslocamentos e Configurações Identitárias: Marcas de Gênero em Mulheres Doutorandas na UFMG' 01/05/2004 101 f. Mestrado em ECONOMIA DOMÉSTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, VIÇOSA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central e Setorial Deptº Economia Doméstica/UFV

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de Mariza Corrêa. Cadernos Pagu, Campinas: UNICAMP, n. 5, p. 7-41, 1995.

HERINGER, Rosana & SILVA, da Joselina. **DIVERSIDADE, RELAÇÕES RACIAIS E ÉTNICAS E DE GÊNERO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**. In: MULHERES, O. N. U. O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010. Cepia, Rio de Janeiro, 2011.

HIRATA, H. et al. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.

HIRATA, H., KERGOAT, D. “Os paradigmas sociológicos à luz das categorias de sexo: qual a renovação da epistemologia do trabalho?”, in S. Baçal (org) *Trabalho, educação, Empregabilidade e gênero*, Manaus, EDUA (Editora da Universidade Federal do Amazonas

HONORATO, Gabriela & HERINGER, Rosana. **Introdução: acesso e sucesso no ensino superior e a pesquisa no curso de pedagogia da UFRJ**. In: HONORATO, G & HERINGER, R. **ACESSO E SUCESSO NO ENSINO SUPERIOR: uma sociologia dos estudantes**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. n.38. 2016. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatistica-novoportal/multidominio/genero20163-estatisticas-degenero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Estudo “Saúde Brasil”. Reportagem disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2014/10/mais-brasileiras-esperam-chegar-aos-30-para-ter-primeiro-filho>> Acesso em: 23 set. 2017.

IVENICKI, Ana & CANEN, Alberto. **Metodologia da Pesquisa: rompendo fronteiras curriculares**. Editora Ciência Moderna Ltda. Rio de Janeiro, 2016.

KERGOART, Dannielle. O Cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU et al. (orgs). *Gênero e Trabalho no Brasil e na França – perspectivas interseccionais*. Boitempo, 2016, pp.17-26.

KUMMER, Carmem Silvia Da Fonseca. **UMA HISTÓRIA TODA SUA: TRAJETÓRIAS DE HISTORIADORAS BRASILEIRAS (1934-1990)**' 30/06/2017 343 f. Doutorado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: Sistema de Biblioteca da UFPR

LIMA, Betina Stefanello. Teto de Vidro ou Labirinto de Cristal? As Margens Femininas das Ciências' 01/07/2008 200 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE UnB

LOMBARDI, Maria Rosa. Apresentação. In: Mulheres em carreiras de prestígio: conquistas e desafios a feminização. CADERNOS DE PESQUISA. Fundação Carlos Chagas. 2016.

MADALOZZO, Regina. **CEOs e composição do conselho de administração: a falta de identificação pode ser motivo para existência de teto de vidro para mulheres no Brasil?** Revista Administração Contemporânea, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 126-137, Fev. 2011. disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552011000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13Jun. 2019.

MADSEN, Nina. **“A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996-2007)”**. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB, 2008.

MARINS, Mani Tebet A. de. **Transgressão ou reprodução? Discursos de homens e mulheres em profissões alternativas ao seu gênero**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS – PPGSA, 2009.

MARTINS, Melina Klitzke. **Há tendência de democratização no acesso a cursos de prestígio da UFRJ? Análise com base no perfil dos ingressantes – 2013 a 2016**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, Ligia. Pioneiras da ciência no Brasil. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Rio de Janeiro, 2006.

MELO, Hildete Pereira de; RODRIGUES, Ligia. Pioneiras da ciência no Brasil: uma história contada doze anos depois. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 70, n. 3, p. 41-47, Julho 2018. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252018000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602018000300011>.

Mestres e doutores 2015—Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas Estatísticas da Educação Superior – 2017**. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2017.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica**, p. 17-44, 2007.

MOSCHKOVICH, Marília Barbara Fernandes Garcia. Teto de vidro ou paredes de fogo?: Um estudo sobre gênero na carreira acadêmica e o caso da UNICAMP' 25/02/2013 160 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca Central - UNICAMP

NEVES, Clarissa Eckert B.; SAMPAIO, Helena; HERINGER, Rosana. **A institucionalização da pesquisa sobre o ensino superior no Brasil**. Revista Brasileira de Sociologia, vol.06, n. 12, jan-abr/2018.

OSADA, Neide Mayumi. Fazendo Gênero nas Ciências: uma análise das relações de gênero nas ciências na produção do conhecimento o projeto genoma da Fapesp.' 01/08/2006 198 f. Mestrado em POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS Biblioteca Depositária: Biblioteca Central

PEDREIRA, Anna Elisa Figueiredo. Gênero, Ciência e TV: representação dos cientistas nos programas.' 23/05/2014 158 f. Mestrado em ENSINO EM BIOCÊNCIAS E SAÚDE Instituição de Ensino: FUNDACAO OSWALDO CRUZ, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca de Ciências Biomédicas/ ICICT / FIOCRUZ - RJ

PEREIRA, Leonir Martins. LIDERANÇA DAS MULHERES NOS 50 ANOS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB)' 22/06/2015 99 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU, Blumenau Biblioteca Depositária: FURB

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005). 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História)–Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

PISCITELLI, Adriana et al. Olhares feministas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

PONTELO, Analia das Graças Gandini. RELAÇÃO DE GÊNERO EM UNIVERSIDADES MINEIRAS: o fenômeno "teto de vidro" nos cargos da alta administração' 12/08/2015 117 f. Mestrado em ADMINISTRAÇÃO Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIHORIZONTES, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: FACULDADE NOVOS HORIZONTES

PRADO, Renata Muniz. O TALENTO EM UMA PERSPECTIVA FEMININA: CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS E FAMILIARES DE PESQUISADORAS DE DESTAQUE NO BRASIL' 01/06/2010 90 f. Mestrado em PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SAÚDE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: UnB

PRONI, Thaissa Tamarindo da Rocha Weishaupt; PRONI, Marcelo Weishaupt. Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 26, n. 1, abr. 2018. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/41780/36309>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Letramento: Belo Horizonte (MG), 2017.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil teve as seguintes consequências: acesso às desigualdades de acesso? Tempo social. São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-253, agosto de 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000200219&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 de junho de 2019. <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.125482>.

SANTOS, Vivian Matias dos. Sobre mulheres, laboratórios e fazeres científicos na Terra da Luz' 01/06/2012 180 f. Doutorado em SOCIOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, FORTALEZA Biblioteca Depositária: Biblioteca de Humanidades da UFC <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6302/1/2012-TESE-VMSANTOS.pdf>

SCHIEBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru/ SP: EDUSC, 2001

SCOTT, Joan. **Gênero; uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, Fabiane Ferreira da. Mulheres na ciência: Vozes, tempos, lugares e trajetórias.' 01/03/2012 146 f. Doutorado em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE(UFSM- FURG) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA CENTRAL - FURG

SILVA, Lucimeiry Batista da. CARREIRAS DE PROFESSORAS DAS CIÊNCIAS EXATAS E ENGENHARIA: estudo em uma IFES do Nordeste Brasileiro' 01/02/2017 276 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA), João Pessoa Biblioteca Depositária: http://tede.biblioteca.ufpb.br/?locale=pt_BR

SOUZA, Silmere Alves Santos de. Trabalho docente, família e vida pessoal: permanências, deslocamentos e mudanças contemporâneas.' 01/03/2012 310 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: BICEN <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4746>

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. Economia e Sociedade, v. 22, n. 3, p. 765-790, 2013.